



SIMULADO FINAL

SEFAZ CE

Auditor-Fiscal Da Fazenda Estadual
Tecnologia Da Informação - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-CE**, cargo de **Auditor Fiscal da Fazenda Estadual - Tecnologia da Informação**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/5F9YhoACPxCVPwyq5>

01 - A B C D E	21 - A B C D E	41 - A B C D E	61 - A B C D E	81 - A B C D E	101 - A B C D E	121 - A B C D E	141 - A B C D E
02 - A B C D E	22 - A B C D E	42 - A B C D E	62 - A B C D E	82 - A B C D E	102 - A B C D E	122 - A B C D E	142 - A B C D E
03 - A B C D E	23 - A B C D E	43 - A B C D E	63 - A B C D E	83 - A B C D E	103 - A B C D E	123 - A B C D E	143 - A B C D E
04 - A B C D E	24 - A B C D E	44 - A B C D E	64 - A B C D E	84 - A B C D E	104 - A B C D E	124 - A B C D E	144 - A B C D E
05 - A B C D E	25 - A B C D E	45 - A B C D E	65 - A B C D E	85 - A B C D E	105 - A B C D E	125 - A B C D E	145 - A B C D E
06 - A B C D E	26 - A B C D E	46 - A B C D E	66 - A B C D E	86 - A B C D E	106 - A B C D E	126 - A B C D E	146 - A B C D E
07 - A B C D E	27 - A B C D E	47 - A B C D E	67 - A B C D E	87 - A B C D E	107 - A B C D E	127 - A B C D E	147 - A B C D E
08 - A B C D E	28 - A B C D E	48 - A B C D E	68 - A B C D E	88 - A B C D E	108 - A B C D E	128 - A B C D E	148 - A B C D E
09 - A B C D E	29 - A B C D E	49 - A B C D E	69 - A B C D E	89 - A B C D E	109 - A B C D E	129 - A B C D E	149 - A B C D E
10 - A B C D E	30 - A B C D E	50 - A B C D E	70 - A B C D E	90 - A B C D E	110 - A B C D E	130 - A B C D E	150 - A B C D E
11 - A B C D E	31 - A B C D E	51 - A B C D E	71 - A B C D E	91 - A B C D E	111 - A B C D E	131 - A B C D E	151 - A B C D E
12 - A B C D E	32 - A B C D E	52 - A B C D E	72 - A B C D E	92 - A B C D E	112 - A B C D E	132 - A B C D E	152 - A B C D E
13 - A B C D E	33 - A B C D E	53 - A B C D E	73 - A B C D E	93 - A B C D E	113 - A B C D E	133 - A B C D E	153 - A B C D E
14 - A B C D E	34 - A B C D E	54 - A B C D E	74 - A B C D E	94 - A B C D E	114 - A B C D E	134 - A B C D E	154 - A B C D E
15 - A B C D E	35 - A B C D E	55 - A B C D E	75 - A B C D E	95 - A B C D E	115 - A B C D E	135 - A B C D E	155 - A B C D E
16 - A B C D E	36 - A B C D E	56 - A B C D E	76 - A B C D E	96 - A B C D E	116 - A B C D E	136 - A B C D E	156 - A B C D E
17 - A B C D E	37 - A B C D E	57 - A B C D E	77 - A B C D E	97 - A B C D E	117 - A B C D E	137 - A B C D E	157 - A B C D E
18 - A B C D E	38 - A B C D E	58 - A B C D E	78 - A B C D E	98 - A B C D E	118 - A B C D E	138 - A B C D E	158 - A B C D E
19 - A B C D E	39 - A B C D E	59 - A B C D E	79 - A B C D E	99 - A B C D E	119 - A B C D E	139 - A B C D E	159 - A B C D E
20 - A B C D E	40 - A B C D E	60 - A B C D E	80 - A B C D E	100 - A B C D E	120 - A B C D E	140 - A B C D E	160 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4yyT8hl>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

Para responder às questões de **1 a 8**, baseie-se no texto a seguir.

Felicidade e alegria

QUANDO EU era criança ou adolescente, pensava que a felicidade só chegaria quando eu fosse adulto, ou seja, autônomo, respeitado e reconhecido pelos outros como dono exclusivo do meu nariz.

Contrariando essa minha previsão, alguns adultos me diziam que eu precisava aproveitar bastante minha infância ou adolescência para ser feliz, pois, uma vez chegado à idade adulta, eu constataria que a vida era feita de obrigações, renúncias, decepções e duro labor.

Por sorte, 1) meus pais nunca disseram nada disso; eles deixaram a tarefa de articular essas inanidades a amigos, parentes ou pedagogos desavisados; 2) graças a esse silêncio dos meus pais, pude decretar o seguinte: os adultos que afirmavam que a infância era o único tempo feliz da vida deviam ser, fundamentalmente, hipócritas; 3) com isso, evitei uma depressão profunda pois, uma vez que a infância e a adolescência, que eu estava vivendo, não eram paraíso algum (nunca são), qual esperança me sobraria se eu acreditasse que a vida adulta seria fundamentalmente uma decepção?

Cheguei à conclusão de que, ao longo da vida, nossa ideia da felicidade muda: 1) quando a gente é criança ou adolescente, a felicidade é algo que será possível no futuro, na idade adulta; 2) quando a gente é adulto, a felicidade é algo que já se foi: a lembrança idealizada (e falsa) da infância e da adolescência como épocas felizes.

Em suma, a felicidade é uma quimera que seria sempre própria de uma outra época da vida que ainda não chegou ou que já passou.

No filme de Arnaldo Jabor, "A Suprema Felicidade", o avô (extraordinário Marco Nanini) confia ao neto que a felicidade não existe e acrescenta que, na vida, é possível, no máximo, ser alegre. Claro, concordo com o

avô do filme. E há mais: para aproveitar a vida, o que importa é a alegria, muito mais do que a felicidade.

Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. Caderno Ilustrada. Jornal Folha de São Paulo.

1. Ao considerar a estruturação do texto, verifica-se que no

a) 1º parágrafo, o autor sustenta que a felicidade é alcançada quando se chega à vida adulta, confirmando a expectativa que cultivava na infância.

b) 2º parágrafo, o autor explica que o silêncio de seus pais o levou a concluir que a visão idealizada da infância, apresentada por alguns adultos, era contraditória com a experiência real.

c) 3º parágrafo, conclui-se que embora seja percebida de formas distintas por crianças e adultos, a ideia de felicidade permanece inalterada ao longo da vida.

d) 4º parágrafo, o autor resume sua reflexão ao sugerir que a felicidade se realiza quando o indivíduo consegue conciliar as expectativas do passado com as do futuro.

e) 5º parágrafo, o autor conclui que a alegria constitui uma expressão mais simples e acessível da felicidade.

2. Encontra-se uma palavra empregada em sentido figurado no seguinte segmento do texto:

- a) ... pois, uma vez chegado à idade adulta, eu constataria que a vida era feita de obrigações, renúncias, decepções e duro labor. (1º parágrafo)
- b) ... alguns adultos me diziam que eu precisava aproveitar bastante minha infância ou adolescência para ser feliz. (1º parágrafo)
- c) ...graças a esse silêncio dos meus pais, pude decretar o seguinte: os adultos que afirmavam que a infância era o único tempo feliz da vida deviam ser, fundamentalmente, hipócritas. (2º parágrafo)
- d) ...quando a gente é adulto, a felicidade é algo que já se foi: a lembrança idealizada (e falsa) da infância e da adolescência como épocas felizes. (3º parágrafo)
- e) No filme de Arnaldo Jabor, o avô (...) confia ao neto que a felicidade não existe e acrescenta que, na vida, é possível, no máximo, ser alegre. (5º parágrafo)

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) *Contrariando essa minha previsão* (1º parágrafo) = Ao contrário do que eu esperava.
- b) *deixaram a tarefa de articular essas inanidades* (2º parágrafo) = deixaram o trabalho de explicar essas relevâncias.
- c) *pude decretar o seguinte* (2º parágrafo) = pude comprovar o seguinte.
- d) *os adultos (...) deviam ser, fundamentalmente, hipócritas* (2º parágrafo) = os adultos eram, essencialmente, incoerentes.
- e) *a felicidade é uma quimera* (4º parágrafo) = a felicidade se alcança conforme o querer.

4. Sem que seja feita nenhuma outra alteração, o segmento sublinhado no trecho “No filme de Arnaldo Jabor, “A Suprema Felicidade”, o avô (extraordinário Marco Nanini) confia ao neto que a felicidade não existe...” pode ser substituído por:

- a) em que o diretor é Arnaldo Jabor.
- b) cujo diretor é Arnaldo Jabor.
- c) que cujo diretor é Arnaldo Jabor.
- d) no qual o diretor é Arnaldo Jabor.
- e) cujo o diretor é Arnaldo Jabor.

5. “...alguns adultos me diziam que eu precisava aproveitar bastante minha infância ou adolescência para ser feliz, pois, uma vez chegado à idade adulta, eu constataria que a vida era feita de obrigações...”.

A redação do trecho acima permanecerá correta e coerente com a substituição do elemento em destaque por:

- a) contudo
- b) conquanto
- c) porquanto
- d) por isso
- e) portanto

6. “eles deixaram a tarefa de articular essas inanidades” (2º parágrafo).

Ao se transpor o trecho acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- a) foram deixadas.
- b) seria deixada.
- c) foi deixada.
- d) eram deixadas.
- e) tinha deixado.

7. Em nova redação, a frase que mantém a adequada correlação entre os tempos e modos verbais é:

- a) É provável que a ideia de felicidade mudasse ao longo da vida, mas muitos ainda acreditarão que ela pertence apenas ao futuro.
- b) Quem acreditasse que a vida adulta resolverá todas as frustrações enfrentaria uma inevitável decepção.
- c) A ideia de felicidade mudaria, à medida que a experiência de vida tenha ampliado a compreensão das pessoas.
- d) Quem compreender que a felicidade é uma quimera valorizará mais os momentos de alegria.
- e) As pessoas que idealizam a vida adulta como o momento da felicidade plena poderiam descobrir que a alegria é mais acessível.

8. É adequado o emprego do elemento sublinhado na seguinte frase:

- a) Os adultos aos quais o autor desconfiava idealizavam a infância.
- b) A infância era a fase onde alguns adultos situavam a verdadeira felicidade.
- c) As conclusões que o autor chegou modificaram sua maneira de compreender a felicidade.
- d) A alegria é o valor cujo o autor atribui maior importância.
- e) A felicidade pela qual o autor esperava parecia reservada à vida adulta.

9. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) A capacidade de esquecer, mesmo depois de tantas lembranças e experiências acumuladas ao longo da vida, permitem seguir em frente.
- b) Na análise do cronista, admite-se, como necessários ao equilíbrio da vida, os mecanismos de esquecimento seletivo.
- c) Houveram momentos em que o cronista refletiu sobre os mistérios da memória, especialmente

sobre a necessidade de esquecer para continuar vivendo.

- d) Segundo o cronista, quando se pensa na continuidade da vida, convém esquecer certas lembranças dolorosas para seguir em frente.
- e) No estudo da memória, acreditam-se em mecanismos cotidianos que explicam o funcionamento do esquecimento.

10. Observam-se plenamente as normas de pontuação no seguinte período:

- a) Nabuco, ao inventar a Nossa Senhora do Esquecimento demonstrou estar em um momento de profunda e rara inspiração.
- b) O cronista afirma que, o Brasil é um país sem memória, o que permitiria à nação entrar com mais leveza no futuro.
- c) Se nos lembrássemos de tudo o que nos acontece, a vida, conforme conclui a ciência, seria absolutamente insuportável.
- d) Esquecer, é uma operação tão essencial à vida como lembrar; por isso, é preciso ter critérios seletivos no limiar de um novo ano.
- e) O mecanismo da memória, por ser complexo e apresentar segredos impenetráveis desafia, constantemente, os especialistas da área.

MATEMÁTICA FINANCEIRA*Eduardo Mocellin*

11. Uma empresa de fomento mercantil antecipou duas duplicatas de um mesmo cliente, ambas com vencimento daqui a 5 meses e negociadas a uma taxa de desconto de 5% ao mês. A primeira duplicata foi negociada segundo uma operação de desconto comercial simples e a segunda, cujo valor nominal é o triplo do valor nominal da primeira, segundo uma operação de desconto racional simples. Sabendo que a soma dos valores atuais das duas duplicatas é igual a R\$ 63.000,00, o valor do desconto concedido sobre a segunda duplicata é de

- a) R\$ 15.000,00
- b) R\$ 17.000,00
- c) R\$ 12.000,00
- d) R\$ 5.000,00
- e) R\$ 4.000,00

12. Um contribuinte possui um débito de ICMS no valor de R\$ 55.000,00 com vencimento na data de hoje. A legislação estadual permite quitar esse débito por meio de duas parcelas anuais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira daqui a 1 ano, considerando uma taxa de juros compostos de 20% ao ano. Nessas condições, o valor de cada parcela é de

- a) R\$ 27.500,00
- b) R\$ 30.000,00
- c) R\$ 33.000,00
- d) R\$ 39.600,00
- e) R\$ 36.000,00

13. A tesouraria de uma empresa aplicou os $\frac{3}{5}$ de um capital a uma taxa de juros compostos de 10% ao ano, durante 2 anos, obtendo um total de juros igual a R\$ 6.300,00. O restante do capital foi aplicado a uma taxa de juros simples de 18% ao ano, durante 4 meses. A soma dos montantes das duas aplicações é igual a

- a) R\$ 56.300,00
- b) R\$ 57.500,00
- c) R\$ 56.000,00
- d) R\$ 57.200,00
- e) R\$ 59.900,00

14. Dois projetos de investimento, A e B, mutuamente excludentes, apresentam a mesma taxa interna de retorno positiva de 25% ao ano e exigem o mesmo desembolso inicial D, na data zero. Os fluxos de caixa anuais, em reais, são apresentados a seguir:

- Ano 0: projeto A = $-D$; projeto B = $-D$
- Ano 1: projeto A = 15.000,00; projeto B = X
- Ano 2: projeto A = 37.500,00; projeto B = X

Nessas condições, o valor de X é igual a

- a) R\$ 22.500,00
- b) R\$ 26.250,00
- c) R\$ 28.125,00
- d) R\$ 25.000,00
- e) R\$ 18.000,00

ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO*Carlos Henrique*

15. Uma equipe de inteligência fiscal da SEFAZ-CE analisou os valores (em milhares de reais) de oito autos de infração emitidos por determinada regional.

Os valores observados foram

62, 74, 81, 88, 96, 108, x , y ,

em que

$$108 < x < y.$$

Sabe-se que:

- a média aritmética da amostra é igual a 102;
- a amplitude da amostra é igual a 98.

Nessas condições, o valor de x é

- a) 142
- b) 145
- c) 147
- d) 149
- e) 151

16. Durante o desenvolvimento de um algoritmo de seleção de contribuintes para fiscalização, um auditor dispõe de:

- 6 critérios tributários (T);
- 5 critérios contábeis (C);
- 4 critérios patrimoniais (P).

Um plano de fiscalização será composto por exatamente 5 critérios distintos, devendo conter:

- pelo menos 2 critérios tributários;
- pelo menos 1 critério contábil;
- no máximo 1 critério patrimonial.

O número de planos distintos que podem ser elaborados é

- a) 1275
- b) 1325
- c) 1375
- d) 1425

e) 1475

17. Em determinado setor econômico, verificou-se que 12% dos contribuintes são identificados pelos sistemas da administração tributária como tendo cometido infração tributária, enquanto os demais não são identificados.

Entre os contribuintes identificados, observou-se que:

- 80% praticaram omissão de receita;
- 35% utilizaram documentos inidôneos;
- dentre os contribuintes identificados que praticaram omissão de receita, 25% utilizaram documentos inidôneos.

Entre os contribuintes não identificados, apenas 2% utilizaram documentos inidôneos, não havendo registro de omissão de receita nesse grupo.

Selecionando-se aleatoriamente um contribuinte que utilizou documentos inidôneos, a probabilidade de que ele tenha praticado omissão de receita é mais próxima de

- a) 34%
- b) 40%
- c) 46%
- d) 52%
- e) 58%

18. O número diário de autos de infração emitidos por determinada equipe de fiscalização segue uma distribuição de Poisson com média igual a 3. Admita que o número de autos emitidos em dias distintos seja independente.

A probabilidade de que, em dois dias consecutivos, sejam emitidos exatamente sete autos de infração ao todo, sabendo-se que em nenhum dos dois dias foram emitidos mais de cinco autos, é igual a

- a) $\frac{243}{10} e^{-6}$
- b) $\frac{81}{2} e^{-6}$
- c) $\frac{243}{5} e^{-6}$
- d) $\frac{486}{5} e^{-6}$
- e) $\frac{729}{10} e^{-6}$

19. Uma amostra aleatória simples de 64 empresas apresentou arrecadação média mensal de R\$ 425 mil e desvio-padrão amostral de R\$ 64 mil.

Deseja-se testar

$$H_0: \mu = 440$$

contra

$$H_1: \mu < 440,$$

admitindo distribuição aproximadamente normal e nível de significância de 5%.

Considere $z_{0,05} = -1,645$.

É correto afirmar que

- a) rejeita-se H_0 , pois $z < -1,645$.
- b) não se rejeita H_0 , pois $-1,645 < z < 0$.
- c) rejeita-se H_0 , pois o intervalo de confiança de 95% contém 440.
- d) rejeita-se H_0 , pois o erro-padrão é inferior a 5.
- e) não é possível decidir sem conhecer a variância populacional.

20. O quadro a seguir apresenta, para seis regionais da Secretaria da Fazenda, a arrecadação anual (X , em bilhões de reais) e o número de fiscalizações concluídas (Y , em milhares).

Regional	X	Y
A	12	18
B	16	22
C	20	25
D	24	31
E	28	34
F	32	38

Sabendo que a reta de regressão linear simples de Y sobre X é utilizada para estimativas operacionais, analise as afirmações a seguir.

- I. O coeficiente angular da reta de regressão é superior a 0,95.
- II. O coeficiente de determinação da regressão é superior a 95%.
- III. Para uma regional cuja arrecadação seja de 26 bilhões de reais, a previsão obtida pela reta de regressão supera 33 mil fiscalizações.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

21. Cinco auditores-fiscais — Alberto, Beatriz, Carlos, Daniela e Eduardo — serão designados para cinco equipes distintas (I, II, III, IV e V), cada uma responsável por uma região fiscal diferente.

Sabe-se que:

- cada equipe terá exatamente um auditor;
- Alberto trabalhará em equipe imediatamente anterior à de Daniela;
- Carlos não trabalhará na Equipe I nem na Equipe V;
- Eduardo trabalhará em equipe de número maior que Beatriz;
- Daniela trabalhará em equipe de número par;
- o auditor da Equipe III não é Eduardo;
- Beatriz não trabalhará na Equipe II.

Com base nessas informações, é correto concluir que

- a) Alberto trabalhará na Equipe I.
- b) Beatriz trabalhará na Equipe I.
- c) Carlos trabalhará na Equipe III.
- d) Daniela trabalhará na Equipe IV.
- e) Eduardo trabalhará na Equipe V.

22. Considere verdadeiras as proposições:

- 1. Se toda fiscalização eletrônica é concluída no prazo, então todo relatório correspondente é homologado.
- 2. Se algum relatório não é homologado, então existe recurso administrativo pendente.
- 3. Não existe recurso administrativo pendente.

Com base exclusivamente nessas premissas, conclui-se corretamente que

- a) toda fiscalização eletrônica foi concluída no prazo.
- b) algum relatório não foi homologado.
- c) todo relatório correspondente foi homologado.
- d) nenhuma fiscalização eletrônica deixou de ser concluída no prazo.
- e) se algum relatório não foi homologado, então alguma fiscalização eletrônica não foi concluída no prazo.

ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Rennó

23. Durante uma capacitação sobre governança no setor público, um instrutor apresentou um caso em que uma autarquia federal buscava eliminar práticas personalistas e padronizar a execução de suas atividades. Para tanto, instituiu manuais operacionais detalhados, organogramas rígidos e normas de conduta que vinculavam o exercício da autoridade ao cargo ocupado, e não à pessoa que o ocupava.

Embora a iniciativa tenha garantido maior previsibilidade e controle, também gerou queixas de lentidão e de engessamento nos processos decisórios.

Considerando as características da evolução da administração pública, a situação descrita está associada principalmente a:

- a) Um modelo de gestão que privilegia a autonomia decisória e a responsabilização por resultados, aproximando-se da lógica gerencial.
- b) Uma forma organizacional centrada na dominação racional-legal, com ênfase na formalidade, hierarquia e impessoalidade.
- c) Um estágio de transição entre o patrimonialismo e o gerencialismo, caracterizado pela flexibilidade das regras e estímulo à inovação.
- d) Uma estrutura administrativa híbrida, pautada no clientelismo e na delegação informal de autoridade.
- e) Um sistema de governança pública orientado à descentralização e à meritocracia funcional.

24. Nos anos 1990, em meio às reformas inspiradas na Nova Gestão Pública (NGP), diversos países reformularam a atuação do Estado, introduzindo instrumentos de avaliação de desempenho, controle por resultados e ampliação da relação com usuários de serviços públicos.

Dentro desse contexto, consolidou-se uma vertente conhecida como consumerism, cuja essência repousa em:

- a) Fortalecer o papel do Estado como regulador direto do mercado, transferindo-lhe a responsabilidade de prestação de serviços essenciais.
- b) Promover o afastamento do Estado das relações de mercado e revalorizar a intervenção direta do poder público.
- c) Ampliar a hierarquização e a padronização de processos, assegurando previsibilidade e uniformidade no atendimento ao cidadão.
- d) Redefinir a lógica burocrática, substituindo o foco no cumprimento de normas pelo foco na satisfação do usuário enquanto “cliente” dos serviços públicos.
- e) Instituir um sistema de controle centrado exclusivamente em indicadores financeiros, sem considerar a percepção do usuário.

25. Em uma autarquia ambiental, servidores foram incentivados a propor soluções criativas para reduzir desperdícios e agilizar processos internos, recebendo reconhecimento institucional por suas iniciativas. Essa prática caracteriza:

- a) Governo descentralizado.
- b) Governo preventivo.
- c) Intraempreendedorismo no setor público.
- d) Governo orientado para o mercado.
- e) Governo competitivo.

26. O Durante um fórum sobre inovação na gestão pública, um governador afirmou que “o papel do Estado não é executar diretamente todos os serviços, mas criar condições para que sociedade civil, setor privado e organizações sociais contribuam na sua realização, cabendo ao governo orientar, coordenar e fiscalizar”. Essa declaração exemplifica o princípio do:

- a) Governo catalisador, que busca atuar como indutor e regulador, em vez de concentrar a execução direta dos serviços.
- b) Governo competitivo, no qual diferentes prestadores disputam entre si para oferecer serviços públicos mais eficientes.
- c) Governo de resultados, que avalia o sucesso das políticas públicas exclusivamente pelo impacto social gerado.
- d) Governo da comunidade, que transfere integralmente à sociedade a execução de serviços, sem participação do Estado.
- e) Governo preventivo, voltado à antecipação de crises e à redução de riscos futuros.

27. O conceito de Gestão por Resultados (GPR) estabelece que o planejamento governamental deve orientar a alocação de recursos e o desempenho das equipes em torno de metas objetivamente definidas. No entanto, uma das críticas recorrentes é que, no setor público, a adoção de metas pode desconsiderar aspectos qualitativos de políticas públicas, causando um desequilíbrio entre eficiência operacional e efetividade social. Nesse contexto, avalie as afirmações:

- I. Na GPR, a ênfase em resultados quantificáveis pode deixar de lado indicadores de impacto social de longo prazo, restringindo a visão de valor público.
- II. O controle a posteriori, típico da GPR, dispensa qualquer necessidade de monitoramento contínuo, pois a avaliação só ocorre ao final do ciclo.
- III. A motivação do servidor tende a aumentar quando as metas são negociadas e não meramente impostas, sobretudo se houver um sistema de recompensas vinculado ao desempenho.

Está(ão) correta(s) somente:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) Apenas III.

GOVERNANÇA PÚBLICA

Elisabete Moreira

28. A governança pública organizacional compreende um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. No âmbito das avaliações internacionais, o Banco Mundial estabelece indicadores de governança (*Worldwide Governance Indicators - WGI*), a exemplo do indicador "Voz e Accountability", frequentemente traduzido com rigor com vistas a refletir percepções específicas sobre o Estado. Sob a ótica da governança pública, esse indicador afere precipuamente:

- a) A capacidade do governo de formular e implementar políticas e regulamentações sólidas que permitam e promovam o desenvolvimento do setor privado.
- b) A medida em que os cidadãos de um país são capazes de participar na seleção do seu governo, bem como a liberdade de associação e a mídia livre.
- c) A probabilidade de instabilidade política e/ou violência com motivação política, incluindo o terrorismo no âmbito interno do Estado.
- d) O grau de independência da burocracia estatal em relação a pressões políticas e a qualidade da prestação de serviços públicos.
- e) A extensão em que o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo formas pequenas e grandes de corrupção.

29. O Secretário da Fazenda do Estado do Ceará delegou a um coordenador tributário a prerrogativa de desenhar e documentar o fluxo de arrecadação, tendo em vista a dificuldade desse Secretário de monitorar todas as ações de arrecadação, gerando um risco de que, porventura, algumas decisões sejam tomadas de forma a favorecer interesses particulares em detrimento do interesse público. À luz dos Stakeholders da Administração Pública, esse cenário descreve perfeitamente o problema central analisado pela:

- a) Teoria da Burocracia, que foca na disfunção do excesso de formalismo e apego às regras.
- b) Teoria dos Custos de Transação, que analisa a racionalidade limitada e o oportunismo nas contratações públicas.
- c) Teoria da Agência, que estuda o conflito de interesses e a assimetria de informações entre o principal e o agente.
- d) Teoria Institucional, que foca no isomorfismo e na busca por legitimidade social pelas organizações públicas.
- e) Teoria do *Public Choice*, que analisa o comportamento do eleitor médio e os ciclos políticos orçamentários.

30. Considere que o Poder Executivo do Estado do Ceará instituiu um Comitê de Gestão de Riscos e Integridade composto por diretores e coordenadores, responsável por coordenar a gestão de riscos e apoiar o monitoramento dos controles internos das secretarias, fazendo a ponte entre a alta administração e as áreas executoras. Segundo os referenciais de governança no setor público, essa estrutura atua tipicamente como uma:

- a) Instância externa de governança, com papel de auditoria independente.
- b) Instância tática de governança, responsável por coordenar e supervisionar áreas específicas.
- c) Instância operacional de governança, responsável pela execução das políticas e tarefas de rotina.
- d) Instância estratégica de governança, responsável por definir o direcionamento máximo e aprovar diretrizes políticas.
- e) Instância de controle social, operada diretamente por conselhos de cidadãos.

31. Na avaliação do desempenho organizacional da SEFAZ, um auditor fiscal e gestor de processos precisa utilizar indicadores consistentes. Ao analisar o processo de arrecadação tributária, ele levanta o indicador tempo médio para a arrecadação de um imposto, que pode ser classificado como de:

- a) Efetividade.
- b) Qualidade.
- c) Eficácia.
- d) Produtividade.
- e) Economicidade.

32. Segundo o Modelo de Três Linhas, atualização de 2020 pelo IIA - *The Institute of Internal Auditors*, adotado nas políticas de governança e gestão de riscos do setor público, as organizações devem estruturar as funções de gerenciamento e controle de forma clara. De acordo com o modelo atualizado, assinale a alternativa que indica corretamente as atribuições da Primeira e da Segunda Linha, respectivamente:

- a) A Primeira Linha realiza auditorias independentes; a Segunda Linha atua no fornecimento de bens e serviços aos cidadãos.
- b) A Primeira Linha lidera e direciona as funções de *compliance* e gestão de riscos corporativos; a Segunda Linha executa os controles internos no dia a dia.
- c) A Primeira Linha gerencia os riscos no provimento de produtos e serviços aos clientes; a Segunda Linha fornece expertise, apoio, monitoramento e desafio em assuntos relacionados a riscos.
- d) A Primeira Linha é responsável pelas ações de correção e ouvidoria institucional; a Segunda Linha foca exclusivamente na prestação de contas ao corpo governante.
- e) A Primeira Linha reporta-se diretamente ao Tribunal de Contas do Estado; a Segunda Linha realiza a supervisão final da Alta Administração.

ECONOMIA

Celso Natale

33. No estudo dos conceitos fundamentais da economia e da teoria elementar do equilíbrio de mercado, é correto afirmar que

- a) uma redução no preço do bem X, mantida constante a renda dos consumidores, desloca a curva de demanda de X para a direita, elevando a quantidade transacionada.
- b) a fronteira de possibilidades de produção côncava em relação à origem expressa custos de

oportunidade crescentes à medida que se amplia a produção de um dos bens.

- c) a introdução de uma inovação tecnológica que reduz o custo unitário de produção de X desloca a curva de oferta para a esquerda, elevando o preço e reduzindo a quantidade de equilíbrio.
- d) sendo X um bem inferior, um aumento da renda dos consumidores desloca sua curva de demanda para a direita, elevando o preço de equilíbrio.
- e) o aumento do preço de um bem substituto de X desloca a curva de demanda de X para a esquerda, reduzindo o preço e a quantidade de equilíbrio.

34. Em determinado mercado, as funções de demanda e de oferta de um bem são dadas, respectivamente, por $Q_d = 100 - 2P$ e $Q_s = 3P$, em que P é o preço em reais e Q, a quantidade. Considerando o ponto de equilíbrio e a eventual instituição de um imposto específico (por unidade) cobrado dos produtores, as elasticidades-preço da demanda (em módulo) e da oferta são, respectivamente,

- a) 0,67 e 1,00, de modo que o ônus se repartiria igualmente, dado que o tributo é cobrado dos produtores.
- b) 1,50 e 1,00, de modo que a maior parcela do ônus recairia sobre os produtores.
- c) 0,67 e 1,00, de modo que a maior parcela do ônus do imposto (60%) recairia sobre os consumidores.
- d) 2,00 e 3,00, de modo que o ônus recairia integralmente sobre os produtores.
- e) 0,67 e 1,00, de modo que a maior parcela do ônus do imposto (60%) recairia sobre os produtores.

35. A respeito da teoria da produção e da teoria dos custos, fundamentos da análise das estruturas de mercado, analise as afirmações abaixo:

- I. No curto prazo, enquanto o produto marginal do fator variável for decrescente, porém positivo, o produto total continua a crescer, ainda que a taxas decrescentes, e o custo marginal é crescente.
 - II. A curva de custo marginal intercepta as curvas de custo variável médio e de custo total médio em seus respectivos pontos de mínimo.
 - III. A lei dos rendimentos decrescentes e os rendimentos decrescentes de escala são fenômenos idênticos, ambos verificados no longo prazo, quando todos os fatores de produção são variáveis.
 - IV. O custo fixo médio é constante ao longo de toda a escala de produção, razão pela qual não influencia o comportamento do custo total médio.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- a) I, II e III.
 - b) II e IV.
 - c) III e IV.
 - d) I e IV.
 - e) I e II.

36. Uma firma que opera em concorrência perfeita apresenta função de custo total de curto prazo dada por $CT = q^2 + 20q + 200$, em que q é a quantidade produzida e o custo fixo é igual a 200. O preço de mercado do bem é de \$ 40. Nessas condições, a firma deve

- a) produzir 10 unidades, incorrendo em prejuízo de \$ 100, pois o preço supera o custo variável médio e a paralisação implicaria prejuízo de \$ 200.
- b) produzir 10 unidades, obtendo lucro econômico de \$ 100.
- c) produzir 20 unidades, ponto em que a receita total se iguala ao custo total.
- d) paralisar imediatamente a produção, pois o preço (\$ 40) é inferior ao custo total médio (\$ 50).
- e) paralisar imediatamente a produção, pois o custo marginal supera o preço em qualquer nível de produção.

37. Um monopolista defronta-se com a curva de demanda de mercado $P = 100 - 2Q$ e opera com custo marginal constante e igual a \$ 20. Maximizando o lucro no curto prazo, o monopolista praticará preço e quantidade e provocará peso morto, respectivamente, de

- a) \$ 60; 20 unidades; e \$ 800.
- b) \$ 50; 25 unidades; e \$ 200.
- c) \$ 20; 40 unidades; e zero, pois o monopolista maximiza lucro igualando preço e custo marginal.
- d) \$ 60; 20 unidades; e \$ 400.
- e) \$ 60; 20 unidades; e zero, pois o excedente perdido pelos consumidores é integralmente apropriado pelo monopolista.

38. Acerca do equilíbrio da firma no curto prazo nas estruturas de concorrência monopolística e de oligopólio, é correto afirmar que

- a) no equilíbrio de longo prazo da concorrência monopolística, a firma opera no ponto de mínimo do custo total médio, tal como ocorre na concorrência perfeita.
- b) a firma em concorrência monopolística maximiza lucro produzindo onde a receita marginal iguala o custo marginal e, por deter poder de mercado decorrente da diferenciação do produto, pode auferir lucro extraordinário no curto prazo.
- c) o modelo de Cournot supõe que as firmas escolhem simultaneamente os preços de seus produtos, ao passo que o modelo de Bertrand trata da escolha de quantidades.
- d) no modelo da curva de demanda quebrada, variações do custo marginal, ainda que pequenas, alteram de imediato o preço praticado pelo oligopolista, o que explica a instabilidade de preços nessa estrutura.
- e) no modelo de Stackelberg, as firmas decidem simultaneamente as quantidades produzidas, inexistindo, portanto, vantagem para a firma que se move primeiro.

39. Considere os dados a seguir, extraídos das contas nacionais de uma economia aberta e com governo, apurados para determinado ano (em R\$ bilhões):

Componente	Valor
Consumo das famílias (C)	1.400
Investimento (I)	400
Gastos do governo (G)	500
Exportações (X)	250
Importações (M)	300
Tributos líquidos de transferências (T)	520

Considerando nulas a renda líquida enviada ao exterior e a depreciação, é correto afirmar que

- a) o PIB é de R\$ 2.850 bilhões, resultado da soma de todos os componentes da despesa agregada.
- b) a poupança externa é negativa em R\$ 50 bilhões, em razão do superávit em transações correntes.
- c) o setor público apresenta déficit de R\$ 20 bilhões, pois seus gastos superam a arrecadação líquida.
- d) a poupança privada é de R\$ 850 bilhões, correspondente à diferença entre o produto e o consumo agregado.
- e) a poupança privada é de R\$ 330 bilhões e a poupança do governo, de R\$ 20 bilhões; somadas à poupança externa de R\$ 50 bilhões, financiam exatamente o investimento de R\$ 400 bilhões.

40. A tabela a seguir apresenta os preços e as quantidades produzidas em uma economia hipotética, fechada e sem governo, que produz apenas dois bens:

Ano	Preço do bem A	Quantidade do bem A	Preço do bem B	Quantidade do bem B
2023	\$ 10	100	\$ 5	200
2025	\$ 16	150	\$ 8	200

Adotando-se 2023 como ano-base, o deflator do PIB de 2025, o crescimento real do PIB entre 2023 e 2025 e o valor, em 2025, de um contrato de \$ 50.000 firmado em 2023 e integralmente corrigido pela variação do deflator são, respectivamente,

- a) 200; 100%; e \$ 100.000.
- b) 125; 25%; e \$ 62.500.
- c) 160; 25%; e \$ 80.000.
- d) 160; 100%; e \$ 80.000.
- e) 200; 25%; e \$ 100.000.

41. A respeito da estrutura do Balanço de Pagamentos e das relações econômicas com o resto do mundo, segundo a metodologia adotada pelo Banco Central do Brasil, é correto afirmar que

- a) as remessas de trabalhadores migrantes recebidas do exterior são registradas na conta capital, por não decorrerem de contrapartida em bens ou serviços.
- b) as exportações e as importações de bens são registradas na balança comercial pelo valor CIF, de modo a incorporar os fretes e seguros correspondentes.
- c) o investimento direto no país compõe a conta capital, ao lado das transferências de patrimônio de migrantes.
- d) os lucros e dividendos remetidos ao exterior por empresas aqui instaladas integram a renda primária, componente das transações correntes.
- e) um déficit em transações correntes é necessariamente acompanhado de redução das reservas internacionais em igual montante.

42. A respeito da determinação do produto de equilíbrio, da relação entre investimento e poupança e do modelo IS-LM, é correto afirmar que

- a) ao longo da curva IS o mercado de bens está em equilíbrio, de modo que, para cada taxa de juros, existe um nível de produto que iguala a demanda agregada planejada à oferta e, em uma economia fechada e sem governo, o investimento planejado à poupança planejada.
- b) uma elevação da taxa de juros desloca a curva IS para a esquerda, reduzindo o investimento e, por meio do multiplicador, o produto de equilíbrio.
- c) uma política monetária expansionista, ao ampliar a oferta real de moeda, desloca a curva LM para a esquerda, reduzindo a taxa de juros e elevando o produto.
- d) na armadilha da liquidez, a curva LM é vertical, o que torna a política monetária plenamente eficaz para expandir o produto.
- e) quanto mais sensível o investimento à taxa de juros, mais inclinada a curva IS e maior o efeito de uma expansão fiscal sobre o produto de equilíbrio.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

43. Considere as seguintes situações hipotéticas:

I – Atanagildo é governador de estado, em segundo mandato consecutivo, e deseja candidatar-se a Senador na eleição próxima.

II – Clotilde, 34 anos, analfabeta, deseja candidatar-se ao cargo de vereadora;

III – Beda, 72 anos, brasileiro naturalizado, pretende candidatar-se ao cargo de Senador da República.

À luz da Constituição Federal, pode-se dizer que:

- a) Atanagildo é inelegível, mesmo que renuncie ao cargo atual
- b) Beda é inelegível, por se tratar de cargo privativo de brasileiro nato
- c) Clotilde é elegível ao cargo pretendido

d) Beda é elegível, assim como Atanagildo, este, se renunciar ao cargo que ocupa até 4 meses antes do pleito

e) Beda é elegível, assim como Atanagildo, este, se renunciar ao cargo que ocupa até 6 meses antes do pleito

44. Gregório, governador de Estado, deseja que o STF confirme a constitucionalidade de uma lei estadual cuja compatibilidade com a CF vem sendo fortemente questionada na justiça de primeira instância. Foi, então, aconselhado a ajuizar uma ação declaratória de constitucionalidade (ADC). De acordo com a CF e com a jurisprudência:

- a) a ADC não é cabível
- b) a ADC é cabível, mas Gregório não tem legitimidade
- c) a ADC é cabível e Gregório possui legitimidade ativa
- d) a ADC não é cabível no STF, mas na primeira instância
- e) Gregório deveria ajuizar ação direta de inconstitucionalidade por omissão

45. É princípio que rege a Ordem Econômica, conforme previsão expressa da Constituição Federal, exceto:

- a) propriedade privada, livre concorrência e soberania nacional;
- b) função social da propriedade, busca do pleno emprego e defesa do consumidor
- c) defesa do meio ambiente, redução das desigualdades e busca do pleno emprego
- d) tratamento favorecido para empresas de pequeno porte e livre concorrência
- e) soberania nacional, livre iniciativa e eficiência

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

46. Jonas é adventista e foi convocado para a segunda etapa de um concurso público que ocorreria num sábado. Ele solicitou mudança de data por motivos religiosos, mas o pedido foi indeferido. Por isso, Jonas ingressou com ação alegando violação à liberdade de crença. Com base no entendimento do STF acerca da escusa de consciência em concursos públicos, é correto afirmar:

- a) o reagendamento é um direito absoluto do candidato, decorrente da liberdade de crença, devendo a Administração adotar todos os meios para não violar os direitos do candidato.
- b) a Administração deve sempre remarcar provas, não cabendo análise quanto à razoabilidade da alteração.
- c) é possível o reagendamento para data diversa da prevista no edital, desde que não acarrete ônus desproporcional à Administração Pública.
- d) a liberdade religiosa não se aplica quando o candidato se inscreve voluntariamente em concursos públicos, sob pena de violação aos princípios da isonomia e da razoabilidade.
- e) a solicitação depende de autorização judicial prévia para ter validade e possibilidade de deferimento.

47. Suponha que uma autoridade judicial determinou a aplicação de medidas cautelares no curso de uma investigação voltada para apurar desvios de recursos públicos. No tocante às penalidades, ao afastamento preventivo e à independência de instâncias na Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta:

- a) a medida de afastamento preventivo do agente público de seu cargo possui natureza jurídica de sanção definitiva, operando de imediato a perda de seus subsídios e remuneração funcional.
- b) a sanção de perda da função pública atinge indistintamente todos os vínculos de qualquer qualidade e natureza que o agente mantenha com o poder público, vedada ao magistrado qualquer restrição.
- c) o afastamento preventivo do agente público do exercício do cargo, emprego ou função poderá ser determinado pela autoridade judicial, pelo prazo de até 90 dias, prorrogável uma única vez por igual período, mediante decisão motivada.
- d) as sentenças proferidas exclusivamente no âmbito civil não produzirão efeitos ou vincularão o andamento da ação de improbidade administrativa, em razão da independência das instâncias.
- e) as sanções aplicadas a pessoas jurídicas com base na Lei de Improbidade e na Lei Anticorrupção deverão ser obrigatoriamente cumuladas, afastando-se o princípio do *non bis in idem*.

48. Determinado contribuinte, pessoa física domiciliada no Ceará, ingressou com um requerimento junto à Secretaria da Fazenda para solicitar a retificação de dados cadastrais utilizados para a apuração do IPVA de seu veículo. Durante o trâmite, o órgão fazendário constatou a necessidade de compartilhar tais dados com o município de seu domicílio para fins de execução de política pública de trânsito. À luz das regras literais da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) apresentadas, assinale a alternativa correta:

- a) o tratamento de dados pessoais cujo acesso é público é inteiramente livre de amarras, dispensando-se do controlador qualquer dever de observar a finalidade ou a boa-fé que justificaram sua disponibilização original.
- b) é dispensada a exigência do consentimento para que a Secretaria da Fazenda compartilhe os dados com o município, quando se tratar de cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, observando-se os demais requisitos da LGPD.
- c) a eventual dispensa da exigência do consentimento desobriga, de forma automática e integral, os agentes de tratamento de todas as demais obrigações previstas na LGPD, inclusive da observância dos princípios gerais.
- d) o tratamento posterior de dados pessoais tornados manifestamente públicos pelo titular é vedado para novas finalidades, ainda que o novo tratamento preserve os direitos do titular e observe propósitos legítimos e específicos.
- e) o fornecimento do consentimento por escrito pelo titular em cláusula destacada das demais cláusulas contratuais confere ao controlador o direito definitivo e irrevogável de tratar os dados, vedada a revogação pelo titular.

DIREITO CIVIL*Cadu Carrilho*

49. Helena e Gustavo celebraram contrato no qual estabeleceram validamente prazo decadencial para o exercício de determinado direito. Depois de transcorrido esse prazo, surgiu uma demanda judicial entre as partes. Gustavo, a quem a decadência aproveitava, somente a alegou no julgamento da apelação. O juiz de primeiro grau não havia reconhecido a decadência de ofício. De acordo com o Código Civil, nessa situação,

- a) Gustavo não poderá alegar a decadência na apelação, pois a decadência convencional, diferentemente da prescrição, somente pode ser arguida em primeiro grau de jurisdição.
- b) o juiz de primeiro grau deveria ter reconhecido a decadência de ofício, pois tanto a decadência legal quanto a convencional devem ser pronunciadas independentemente de alegação da parte interessada.
- c) o prazo estabelecido no contrato é inválido, pois apenas os prazos prescricionais podem ser alterados ou estabelecidos por acordo das partes.
- d) aplicam-se ao prazo decadencial convencional, salvo estipulação contratual em contrário, as mesmas normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- e) Gustavo poderá alegar a decadência convencional no julgamento da apelação, embora o juiz de primeiro grau não pudesse reconhecê-la de ofício.

50. Durante a realização de uma entrega, Bruno, empregado da Transportadora Horizonte, conduziu de forma imprudente o veículo da empresa e colidiu com a motocicleta de Carla, causando-lhe prejuízos materiais. O acidente ocorreu enquanto Bruno desempenhava normalmente suas funções. A transportadora demonstrou que selecionou e treinou adequadamente o empregado, não tendo agido com culpa. De acordo com o Código Civil,

- a) somente Bruno responde pelos prejuízos, pois a transportadora comprovou não ter agido com culpa na seleção e na fiscalização do empregado.
- b) a transportadora responde apenas subsidiariamente, caso Bruno não possua patrimônio suficiente para reparar os danos.
- c) A transportadora responde independentemente de culpa, assegurado a ela o direito de regresso contra o empregado.
- d) a transportadora responde exclusivamente pelos danos, sem direito de exigir de Bruno o valor que eventualmente pagar à vítima.
- e) a transportadora somente responderá se Carla demonstrar culpa direta de seus administradores na ocorrência do acidente.

51. De acordo com as disposições do Código Civil relativas às pessoas jurídicas, é correto afirmar que

- a) a existência legal da pessoa jurídica de direito privado começa com a assinatura de seu ato constitutivo, ainda que ele não tenha sido levado ao respectivo registro.
- b) obrigam a pessoa jurídica os atos praticados pelos administradores, desde que exercidos dentro dos limites dos poderes definidos no ato constitutivo.
- c) se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz deverá nomear administrador provisório de ofício, independentemente de requerimento.
- d) a pessoa jurídica confunde-se com seus sócios ou administradores, salvo quando o ato constitutivo estabelecer expressamente a autonomia patrimonial.

- e) a proteção dos direitos da personalidade é exclusiva das pessoas naturais, não se aplicando, em nenhuma hipótese, às pessoas jurídicas.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

52. Durante uma auditoria fiscal em uma grande rede varejista em Fortaleza, o contribuinte Tício, inconformado com a lavratura de um auto de infração e a apreensão de livros mercantis, opõe-se à execução do ato legal mediante graves ameaças proferidas contra os Auditores Fiscais da Receita Estadual. Instaurada a ação penal pelo crime de resistência (art. 329 do CP), o exame médico-pericial constatou que o réu, em razão de perturbação de saúde mental existente à época do fato, não possuía, ao tempo da conduta, plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Diante desse quadro e das normas do Código Penal, Tício:

- a) será considerado inimputável e isento de pena, devendo o magistrado aplicar obrigatoriamente a internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.
- b) terá sua pena reduzida obrigatoriamente de um sexto a um terço, dada a sua condição de semi-imputável reconhecida por critério puramente biológico.
- c) será considerado imputável para fins de condenação, mas a perturbação mental operará como atenuante genérica obrigatória na segunda fase da dosimetria da pena.
- d) será absolvido propriamente por ausência de dolo na conduta, não lhe sendo aplicada qualquer espécie de sanção penal.
- e) não será isento de pena, mas fará jus a uma causa de diminuição de um a dois terços, podendo o juiz substituir a pena imposta por medida de segurança.

53. Com base nas normas do Código Penal relativas ao concurso de pessoas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade, tendo sido adotada, como regra, a teoria monista.
- b) Se a participação no delito for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço na terceira fase da dosimetria da pena.
- c) A participação inócua, que não influi de nenhuma forma na facilitação ou execução da conduta principal, não é considerada punível.
- d) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal entre os agentes, salvo quando estas forem elementares do crime.
- e) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, exceto no caso de ter sido previsível o resultado mais grave.

54. O empresário Joaquim, retornando de uma feira de tecnologia em Miami, desembarcou no Aeroporto Internacional de Fortaleza trazendo consigo diversos notebooks, drones e componentes de hardware de última geração, todos de importação permitida no Brasil. Com o objetivo deliberado de iludir o pagamento dos tributos devidos pela entrada das mercadorias, que superavam amplamente a cota de isenção, Joaquim ocultou os produtos em compartimentos falsos de suas bagagens e atravessou a área de fiscalização alfandegária optando pelo canal de "nada a declarar".

Nesse cenário, e considerando a legislação penal e o entendimento dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que Joaquim praticou o crime de:

- a) Contrabando, em sua forma simples, sendo admitida a aplicação do princípio da insignificância independentemente do valor do tributo iludido.

b) Contrabando, com a pena aplicada em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância por se tratar de crime contra a Administração Pública.

c) Descaminho, com a pena aplicada em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo, todavia, inviável a aplicação do princípio da insignificância em razão da majorante do transporte.

d) Descaminho, com a pena aplicada em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância, desde que o valor total dos tributos sonegados, inclusive acessórios, não ultrapasse o patamar estabelecido pela Fazenda Nacional como o mínimo para o ajuizamento de uma execução fiscal.

e) Descaminho, com a pena aplicada em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância, desde que o valor total de mercado das mercadorias não ultrapasse R\$ 20.000,00.

DIREITO FINANCEIRO*Luciana Marinho*

Acerca do assunto Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem.

55. A Lei Complementar nº 101/2000, ao disciplinar a transparência da gestão fiscal, buscou ampliar o controle social sobre a atuação financeira do Estado, impondo ao poder público deveres de divulgação ativa de informações orçamentárias e financeiras. Nesse contexto, um dos mecanismos expressamente previstos para assegurar tal transparência consiste na:

- a) divulgação restrita de relatórios resumidos aos órgãos de controle interno e externo, em periodicidade previamente fixada em regulamento.
- b) disponibilização de demonstrativos anuais consolidados ao Poder Legislativo, dispensada a divulgação contínua ao público em geral.
- c) liberação, em meio eletrônico de amplo acesso público, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em tempo real.
- d) publicação de dados fiscais apenas após homologação pelo respectivo tribunal de contas, como condição de validade da informação.
- e) remessa periódica de balancetes financeiros ao Poder Legislativo, independentemente de sua disponibilização à sociedade.

56. A observância das exigências de transparência previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal não possui caráter meramente formal, mas representa condição relevante para a regularidade da gestão fiscal. Assim, o descumprimento das regras relativas à divulgação de informações em tempo real e à adoção de sistema integrado de administração financeira e controle poderá acarretar, para o ente federativo infrator:

- a) a aplicação automática de multa administrativa pessoal ao chefe do Poder Executivo, independentemente de apuração específica.
- b) a vedação ao recebimento de transferências voluntárias, enquanto perdurar a irregularidade.
- c) a intervenção da União no ente inadimplente, por afronta direta ao princípio da publicidade administrativa.
- d) a nulidade de todos os atos de execução orçamentária praticados durante o período de omissão informacional.
- e) a responsabilização penal imediata da autoridade competente, independentemente da demonstração de dolo ou culpa.

Acerca do assunto Créditos adicionais, julgue os itens que se seguem.

57. Considere as seguintes situações verificadas no curso da execução orçamentária de determinado ente federativo:

- I. superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II. excesso de arrecadação efetivamente verificado no exercício em curso;
- III. anulação parcial de dotações orçamentárias já existentes;
- IV. frustração da arrecadação estimada na Lei Orçamentária Anual;
- V. realização de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite o atendimento da despesa.

À luz da Constituição Federal e da Lei nº 4.320/1964, constituem recursos hábeis à abertura de créditos adicionais APENAS os indicados em

- a) I, II e III.
- b) I, IV e V.
- c) II, III e IV.
- d) I, II, III e V.
- e) II, IV e V.

58. Durante a execução da Lei Orçamentária Anual, a Administração Pública constatou a necessidade de realizar despesa destinada à implantação de programa governamental não contemplado no orçamento vigente. Para viabilizar a medida, foi proposta a abertura do crédito adicional cabível, com indicação de recursos provenientes da anulação parcial de dotações já existentes.

Nessa situação, de acordo com a disciplina constitucional e com a Lei nº 4.320/1964, a abertura do crédito pretendido

- a) pode ser efetivada diretamente por decreto do Poder Executivo, desde que haja demonstração da necessidade administrativa e indicação da fonte de recursos.
- b) depende exclusivamente de autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo dispensável lei específica e suficiente a edição de ato do Executivo.
- c) exige autorização legislativa prévia e indicação dos recursos disponíveis, podendo sua abertura ser posteriormente formalizada por decreto do Poder Executivo.
- d) somente seria admissível se os recursos decorressem de excesso de arrecadação, sendo inviável o uso de dotações anuladas para essa finalidade.
- e) prescinde de autorização legislativa quando a despesa estiver vinculada à implementação de programa considerado prioritário pela Administração.

Acerca dos assuntos PPA, LDO e LOA, julgue o item que se segue.

59. Ao disciplinar o sistema de planejamento e orçamento, a Constituição Federal estabelece relação de coerência entre os diversos instrumentos de programação governamental. Nesse sentido, os planos e programas nacionais, regionais e setoriais devem guardar compatibilidade com o instrumento que expressa, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e para os programas de duração continuada.

À luz do texto constitucional, esses planos e programas

- a) prevalecem sobre o Plano Plurianual, caso haja divergência entre seus objetivos e metas.
- b) devem ser elaborados em consonância com o Plano Plurianual.
- c) substituem o Plano Plurianual quando possuírem abrangência temática mais específica.
- d) vinculam diretamente a Lei Orçamentária Anual, ainda que não guardem aderência ao Plano Plurianual.
- e) independem de apreciação do Congresso Nacional, por possuírem natureza meramente administrativa.

Acerca do assunto Princípios Orçamentários, julgue os itens que se seguem.

60. Durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), um parlamentar propôs incluir dispositivo que previa a reorganização estrutural de uma autarquia e a criação de um novo programa social. O Executivo manifestou-se contrariamente, sustentando que tais matérias extrapolavam o conteúdo orçamentário, enquanto o Legislativo defendeu tratar-se de emendas legítimas. O Tribunal de Contas, ao analisar o caso, considerou que a inclusão de dispositivos estranhos ao conteúdo orçamentário violava um princípio basilar que preserva a pureza e a especificidade da lei orçamentária.

Com base nesse contexto, o princípio orçamentário violado foi o da:

- a) Unidade, pois o orçamento deve expressar todas as ações governamentais em um único documento, sem fracionamento temático.
- b) Exclusividade, por vedar a inserção de normas que não se refiram à previsão da receita e à fixação da despesa, salvo as exceções constitucionais.
- c) Clareza, uma vez que a inclusão de matérias estranhas compromete a transparência e inteligibilidade das contas públicas.
- d) Legalidade, visto que somente lei complementar pode disciplinar a forma e o conteúdo do orçamento.
- e) Publicidade, pois a falta de distinção entre temas administrativos e orçamentários impede a adequada divulgação dos gastos.

61. Durante a análise das contas anuais da União, o Tribunal de Contas da União observou que a proposta orçamentária foi encaminhada de forma fragmentada: o orçamento fiscal, o da seguridade social e o de investimentos das empresas estatais dependentes tramitaram de maneira autônoma, sem que houvesse consolidação dos dados ou integração entre as previsões de receita e despesa.

O parecer técnico apontou que, embora cada orçamento possua natureza e destinação específicas, o conjunto deve expressar a unidade de propósitos governamentais, garantindo coerência entre os planos e a execução financeira do Estado.

À luz dos princípios orçamentários, a conduta descrita fere diretamente o princípio da:

- a) Unidade, que assegura que o orçamento, ainda que desdobrado em peças distintas, represente um sistema único, harmônico e integrado de planejamento e controle.
- b) Universalidade, que impõe a inclusão de todas as receitas e despesas públicas, independentemente de sua origem, em cada orçamento setorial.
- c) Clareza, que exige apresentação padronizada e inteligível dos demonstrativos orçamentários.
- d) Legalidade, que subordina a execução financeira à autorização legislativa.
- e) Equilíbrio, que determina a compatibilização entre receitas e despesas no exercício financeiro.

62. Em determinado exercício financeiro, o orçamento da União foi aprovado em três leis distintas: uma referente ao orçamento fiscal, outra ao orçamento da seguridade social e outra ao orçamento de investimentos das estatais dependentes. Posteriormente, o Tribunal de Contas da União destacou que a fragmentação do processo de aprovação contrariava o princípio que exige que todos os orçamentos componham um sistema único, harmônico e consolidado, mesmo que em peças distintas.

Esse princípio é o da:

- a) Unidade, que impõe a elaboração de um orçamento consolidado em termos políticos e econômicos.
 - b) Universalidade, que exige que todas as receitas e despesas públicas estejam previstas no orçamento.
 - c) Clareza, que determina a inteligibilidade das peças orçamentárias.
 - d) Transparência, que assegura a publicidade e o controle social das contas públicas.
 - e) Legalidade, que obriga a edição de leis específicas para cada categoria de orçamento.
-

CONTABILIDADE GERAL*Júlio Cardozo*

63. De acordo com o CPC 00 (R2) — Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma base de mensuração.

- a) O custo corrente do ativo corresponde à contraprestação que seria paga na data da mensuração, excluídos os custos de transação que seriam incorridos nessa data.
- b) O valor em uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa esperados do ativo, calculado com base nas premissas dos participantes do mercado e sem considerar sua alienação final.
- c) O valor justo corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação forçada entre partes específicas da operação.
- d) O valor de cumprimento corresponde à contraprestação originalmente recebida pela entidade quando assumiu o passivo, atualizada apenas pela passagem do tempo.
- e) O custo corrente de um passivo corresponde à contraprestação que seria recebida por um passivo equivalente na data de mensuração, deduzidos os custos de transação que seriam incorridos nessa data.

64. Em 31/12/2025, uma companhia apresentava Capital Social de R\$ 2.000.000,00 e Reserva Legal de R\$ 350.000,00. A companhia não possuía reservas de capital.

No exercício de 2026, foi apurado lucro líquido de R\$ 600.000,00. O estatuto estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/1976.

Do lucro do exercício, R\$ 170.000,00 decorreram de subvenção governamental para investimento. Por proposta da administração, a assembleia geral destinou essa parcela à Reserva de Incentivos Fiscais e decidiu excluí-la da base do dividendo obrigatório. A assembleia também aprovou

orçamento de capital para retenção do saldo remanescente.

Com base nessas informações:

- a) o valor destinado à Reserva Legal foi de R\$ 50.000,00.
- b) o valor dos dividendos obrigatórios foi de R\$ 150.000,00.
- c) o valor dos dividendos obrigatórios foi de R\$ 142.500,00.
- d) o valor dos dividendos obrigatórios foi de R\$ 100.000,00.
- e) o valor destinado à Reserva de Retenção de Lucros foi de R\$ 330.000,00.

65. A empresa Comercial Prazo Longo S.A. adquiriu, em 01/12/2026, mercadorias pelo valor de R\$ 600.000,00, a ser pago em 01/12/2027. Caso a aquisição tivesse sido realizada à vista, a empresa teria pagado R\$ 500.000,00. Em 10/12/2026, a empresa vendeu 80% dessas mercadorias por R\$ 1.080.000,00, a serem recebidos integralmente em 10/12/2027. O preço de venda à vista das mercadorias seria de R\$ 900.000,00. A empresa normalmente concede aos seus clientes prazo de apenas 30 dias.

Especificamente em relação ao reconhecimento da receita de venda e do custo das mercadorias vendidas, a empresa reconheceu:

- a) receita de vendas de R\$ 900.000,00 e custo das mercadorias vendidas de R\$ 400.000,00.
- b) receita de vendas de R\$ 1.080.000,00 e custo das mercadorias vendidas de R\$ 400.000,00.
- c) receita de vendas de R\$ 900.000,00 e custo das mercadorias vendidas de R\$ 480.000,00.
- d) receita de vendas de R\$ 900.000,00, custo das mercadorias vendidas de R\$ 400.000,00 e resultado financeiro positivo de R\$ 80.000,00.
- e) receita de vendas de R\$ 1.080.000,00 e custo das mercadorias vendidas de R\$ 480.000,00.

66. O departamento jurídico da empresa Pêssego S.A. acompanha periodicamente os processos judiciais em que a entidade figura como parte. Um desses processos foi ajuizado pela empresa Ameixa Ltda., em razão do suposto descumprimento de cláusulas de um contrato de fornecimento firmado entre as duas entidades.

O histórico do processo é apresentado a seguir:

- 15/08/2021: a empresa Ameixa Ltda. ajuizou ação contra a Pêssego S.A., pleiteando indenização de R\$ 750.000,00. Naquela data, os assessores jurídicos da Pêssego S.A. classificaram como remota a possibilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação.
- 30/04/2024: o juízo responsável pelo processo proferiu decisão desfavorável à Pêssego S.A. Entretanto, o valor da obrigação não podia ser mensurado com suficiente confiabilidade, motivo pelo qual foi nomeado um perito para realizar os cálculos. Nessa data, os assessores jurídicos classificaram como possível a saída de recursos.
- 22/11/2024: o perito judicial concluiu que o valor da indenização seria de R\$ 980.000,00. Após a emissão do laudo, os assessores jurídicos passaram a considerar provável a saída de recursos para liquidar a obrigação.

Com base nessas informações e no CPC 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a área contábil da empresa Pêssego S.A.:

- a) reconheceu uma provisão no Balanço Patrimonial, em 22/11/2024, pelo valor de R\$ 980.000,00.
- b) reconheceu uma provisão no Balanço Patrimonial, em 30/04/2024, pelo valor originalmente solicitado de R\$ 750.000,00.
- c) reconheceu um passivo contingente no Balanço Patrimonial, em 22/11/2024, pelo valor de R\$ 980.000,00.
- d) divulgou uma provisão em notas explicativas, em 30/04/2024, sem reconhecer qualquer valor no passivo.

- e) divulgou um passivo contingente em notas explicativas, em 15/08/2021, pelo valor de R\$ 750.000,00.

67. Em 01/01/2025, a empresa Força Industrial S.A. adquiriu e colocou em uso uma máquina pelo valor de R\$ 720.000,00. Na data da aquisição, a empresa estimou a vida útil do equipamento em seis anos e seu valor residual em R\$ 120.000,00. A entidade utiliza o método linear para calcular a depreciação.

Em **31/12/2025**, após um ano de utilização, a empresa revisou suas estimativas e alterou a vida útil remanescente da máquina de cinco para quatro anos, bem como seu valor residual para R\$ 20.000,00.

O valor contábil da máquina apresentado no Balanço Patrimonial da Força Industrial S.A., em **31/12/2026**, era, em reais:

- a) 370.000,00
- b) 445.000,00
- c) 470.000,00
- d) 465.000,00
- e) 520.000,00

CONTABILIDADE PÚBLICA*Gilmar Possati*

68. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, a característica qualitativa da

- a) tempestividade é atendida quando a informação permite aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
- b) relevância é atendida quando a informação é capaz de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, o que ocorre quando ela possui valor confirmatório, valor preditivo ou ambos.
- c) compreensibilidade é atendida quando dois observadores esclarecidos e independentes chegam ao consenso geral de que a informação representa os fenômenos econômicos que pretende representar sem erro ou viés material.
- d) representação fidedigna é atendida quando a informação está disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para a prestação de contas e tomada de decisão.
- e) comparabilidade é atendida quando a informação retrata os fenômenos de maneira completa, neutra e livre de erro material.

69. Uma autarquia estadual adquiriu um equipamento hospitalar e incorreu nos seguintes gastos:

- Preço de compra constante da nota fiscal: R\$ 80.000, já incluídos tributos recuperáveis de R\$ 8.000, passíveis de compensação;
- Frete e seguro para transporte do equipamento até o local de instalação: R\$ 4.000;
- Custos de instalação e montagem: R\$ 3.000;
- Treinamento dos servidores que irão operar o equipamento: R\$ 5.000;
- Custos administrativos gerais do setor de compras: R\$ 2.000.

O valor mensurado no reconhecimento inicial do ativo imobilizado, de acordo com a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, é, em R\$,

- a) 79.000.
- b) 87.000.
- c) 84.000.
- d) 94.000.
- e) 89.000.

70. No encerramento do exercício de 2025, o contador de uma fundação pública estadual procedeu ao teste de redução ao valor recuperável de um imóvel administrativo, classificado como ativo não gerador de caixa. Imediatamente antes do teste, foram levantadas as seguintes informações, exclusivas do imóvel analisado:

- Valor contábil bruto: R\$ 400.000
- Depreciação acumulada: R\$ 120.000
- Redução ao valor recuperável acumulada: R\$ 30.000
- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 244.000
- Valor em uso: R\$ 238.000

Com base na NBC TSP 09 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa, após o teste, o contador

- a) não precisará reconhecer perda por redução ao valor recuperável.
- b) deverá reconhecer a perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 12.000.
- c) deverá reconhecer a perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 6.000.
- d) deverá reconhecer a perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 36.000.
- e) deverá reverter a perda anteriormente reconhecida, no valor de R\$ 30.000.

71. Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, devem-se utilizar contas contábeis, a débito e a crédito respectivamente, de classes
- a) 1 e 4 para a apropriação mensal da depreciação de bens móveis.
 - b) 3 e 2 para o reconhecimento de provisão para riscos trabalhistas.
 - c) 3 e 2 para o recebimento de depósitos de caução em dinheiro, em garantia de execução contratual.
 - d) 1 e 4 para o consumo de materiais que estavam registrados em estoque.
 - e) 5 e 6 para a assinatura de contrato de prestação de serviços com particular.

72. Considere as transações a seguir, realizadas pelo Município Audazes dos Pampas no exercício de 2025:

Descrição	Empenho	Liquidação	Pagamento
Aquisição de merenda escolar	R\$ 120.000	R\$ 120.000	R\$ 100.000
Construção de uma creche municipal	R\$ 500.000	R\$ 200.000	R\$ 150.000
Amortização do principal da dívida contratual	R\$ 60.000	R\$ 60.000	R\$ 60.000
Salários dos servidores públicos	R\$ 300.000	R\$ 300.000	R\$ 280.000
Serviços de limpeza predial	R\$ 90.000	R\$ 45.000	R\$ 45.000

Com base na Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro referente a esse exercício evidenciou

- a) R\$ 635.000 de despesa orçamentária, apenas.
- b) R\$ 1.070.000 de despesa orçamentária e R\$ 435.000 de receita extraorçamentária.
- c) R\$ 1.070.000 de despesa extraorçamentária, apenas.
- d) R\$ 725.000 de despesa orçamentária e R\$ 435.000 de despesa extraorçamentária.
- e) R\$ 435.000 de receita orçamentária, apenas.

AUDITORIA

Guilherme Sant'Anna

73. Durante a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Delta S.A., o auditor independente avaliou seus objetivos gerais, o alcance da segurança obtida e as limitações inerentes ao trabalho de auditoria, conforme a NBC TA 200 (R1). Considere:

- I. O objetivo do auditor é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
- II. A segurança razoável corresponde a nível absoluto de segurança, alcançado quando o auditor executa todos os procedimentos previstos no planejamento inicial.
- III. O auditor deve reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo, mas não o eliminar integralmente.
- IV. A opinião do auditor não assegura a viabilidade futura da entidade nem a eficiência ou eficácia com que a administração conduziu seus negócios.
- V. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis é transferida ao auditor quando este emite opinião sem modificação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II e V.
- d) II, IV e V.
- e) I, II, III, IV e V.

74. No planejamento da auditoria das demonstrações contábeis da sociedade empresária Alfa Ltda., o auditor independente definiu a estratégia global do trabalho, avaliou riscos preliminares, considerou a materialidade e elaborou programa de auditoria. À luz das NBC TA, considere:

- I. O planejamento da auditoria é um processo contínuo e iterativo, que pode ser ajustado ao longo da execução do trabalho.
- II. A estratégia global de auditoria e o plano de auditoria são instrumentos relacionados, mas não se confundem integralmente.
- III. Uma vez definidos os procedimentos substantivos no planejamento, sua natureza, época e extensão não podem ser alteradas, sob pena de comprometer a comparabilidade da auditoria.
- IV. A avaliação de riscos de distorção relevante influencia a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.
- V. A existência de auditoria interna formalmente estruturada dispensa o auditor independente de obter entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, III e V.
- b) I, II e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II, III e V.
- e) IV e V.

75. Durante a revisão da documentação de auditoria de uma entidade industrial, verificou-se que determinados julgamentos relevantes sobre estimativas contábeis haviam sido registrados de forma incompleta. A respeito da documentação de auditoria, conforme a NBC TA 230 (R1), considere:

- I. A documentação de auditoria deve ser suficiente para permitir que auditor experiente, sem envolvimento anterior no trabalho, compreenda a natureza, época e extensão dos procedimentos executados, os resultados obtidos e as conclusões alcançadas.
- II. Explicações verbais prestadas posteriormente pela equipe de auditoria podem substituir a documentação formal ausente, desde que coerentes com a opinião emitida.
- III. A montagem final do arquivo de auditoria deve ser concluída tempestivamente após a data do relatório do auditor.
- IV. Após a montagem final do arquivo, é vedada qualquer alteração administrativa, ainda que destinada apenas à organização ou indexação de papéis de trabalho.
- V. A documentação de auditoria tem por finalidade comprovar a execução de testes substantivos, não abrangendo decisões relevantes de planejamento ou julgamentos profissionais significativos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) I, II e V.
- c) I e III.
- d) III, IV e V.
- e) I, III e V.

76. O auditor independente da sociedade Gama S.A. avaliou os componentes do risco de auditoria e sua relação com os riscos de distorção relevante e com o risco de detecção. De acordo com a NBC TA 200 (R1), considere:

- I. O risco inerente corresponde à suscetibilidade de uma afirmação a distorção relevante antes da consideração de quaisquer controles relacionados.
- II. O risco de controle é o risco de que uma distorção relevante não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.
- III. O risco de detecção relaciona-se à possibilidade de os procedimentos executados pelo auditor não detectarem distorção existente que possa ser relevante.
- IV. O risco de auditoria é o risco de o auditor expressar opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.
- V. Quanto maior o risco de distorção relevante avaliado, menor deverá ser o risco de detecção aceitável, exigindo evidência de auditoria mais persuasiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e IV, apenas.
- b) II, III e V, apenas.
- c) I, III, IV e V, apenas.
- d) I, II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III, IV e V.

77. Ao estabelecer a materialidade para a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Ômega S.A., o auditor considerou usuários das demonstrações, natureza das contas, riscos identificados e distorções acumuladas no curso dos trabalhos. Nos termos da NBC TA 320 (R1), considere:

- I. A materialidade envolve julgamento profissional e pode ser influenciada tanto pela magnitude quanto pela natureza das distorções.
- II. A materialidade de desempenho é definida para reduzir a probabilidade de que distorções não corrigidas e não detectadas excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- III. A materialidade determinada no planejamento não pode ser revisada posteriormente, pois sua alteração comprometeria a independência do auditor.
- IV. Distorções individualmente pequenas podem, em conjunto, tornar-se relevantes para as demonstrações contábeis.
- V. A materialidade é utilizada na fase de formação da opinião, sendo incompatível com a avaliação de riscos e com o planejamento dos procedimentos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) II, III e V.
- c) I, III e IV.
- d) I, II, III e V.
- e) IV e V.

78. Durante a auditoria das demonstrações contábeis da sociedade Sigma S.A., o auditor avaliou a suficiência e a adequação das evidências obtidas por meio de inspeção documental, confirmação externa, recálculo, observação, indagação e procedimentos analíticos. Com base na NBC TA 500 (R1), considere:

- I. A suficiência da evidência de auditoria está relacionada à sua quantidade, isto é, à sua relevância e confiabilidade.
- II. A adequação da evidência de auditoria está relacionada à sua qualidade.
- III. Evidências geradas internamente pela entidade, devido à falta de objetividade da fonte geradora da informação, são inservíveis.
- IV. A indagação, isoladamente, geralmente não fornece evidência suficiente e apropriada da ausência de distorção relevante no nível da afirmação.
- V. A obtenção de grande quantidade de evidência compensa a baixa confiabilidade ou a baixa relevância da evidência coletada.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, III e V.
- b) I, II e IV.
- c) II, IV e V.
- d) I, II, III e IV.
- e) II e IV.

79. O auditor independente utilizou amostragem para testar controles sobre aprovações de pagamentos e para executar testes substantivos em saldos de fornecedores. Nos termos da NBC TA 530, considere:

- I. Amostragem de auditoria consiste na aplicação de procedimentos a menos de 100% dos itens de uma população relevante, de modo que todas as unidades de amostragem tenham chance de seleção equivalente.
- II. O risco de amostragem é o risco de que a conclusão do auditor com base na amostra seja diferente daquela que seria obtida se toda a população fosse submetida ao mesmo procedimento.
- III. A amostragem estatística exige seleção aleatória dos itens da amostra e uso da teoria das probabilidades para avaliar os resultados.
- IV. Quanto maior a distorção tolerável definida pelo auditor, maior tende a ser o tamanho da amostra necessária.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) II e III.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, II, III e IV.

80. Ao concluir a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Zeta S.A., o auditor avaliou as distorções não corrigidas, as limitações na obtenção de evidência e a necessidade de modificar ou não sua opinião. Considerando as NBC TA 700, 705 e 706, considere:

- I. A opinião sem modificação é emitida quando o auditor conclui que as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- II. A opinião com ressalva pode ser apropriada quando há distorção relevante, mas não generalizada, nas demonstrações contábeis.
- III. A opinião adversa é apropriada quando as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.
- IV. A abstenção de opinião pode ser apropriada quando o auditor não consegue obter evidência apropriada e suficiente e os possíveis efeitos das distorções não detectadas podem ser relevantes e generalizados.
- V. O parágrafo de ênfase modifica a opinião do auditor, pois ressalta assunto relevante apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e V.
- b) II, III e V.
- c) I, III, IV e V.
- d) I, II, III e V.
- e) I, II, III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO TRIBUTÁRIO***Fernando Maurício*

81. Considerando o regime jurídico das competências residuais e extraordinárias outorgadas pela Constituição Federal de 1988 à União, assinale a afirmativa correta:

- a) Os Impostos Extraordinários de Guerra (IEG) podem ser instituídos pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, de forma concorrente, na iminência ou no caso de conflito bélico externo.
- b) A instituição de impostos federais mediante o exercício da competência residual exige a edição de Medida Provisória e obriga o repasse de 50% da receita arrecadada aos Municípios de origem.
- c) Compete à União instituir, em Território Federal não dividido em Municípios, os impostos de competência estadual e, cumulativamente, os impostos municipais.
- d) O Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) qualifica-se como imposto de competência residual federal, devendo sua estrutura ser desenhada por lei ordinária da União.
- e) Os impostos instituídos no exercício da competência residual podem apresentar contornos cumulativos e bases de cálculo idênticas às de impostos já discriminados na CF/88.

82. A dinâmica do federalismo fiscal brasileiro diferencia os institutos da competência tributária e da capacidade tributária ativa. À luz das diretrizes do CTN, assinale a afirmativa correta:

- a) A capacidade tributária ativa, por compreender as funções essenciais de arrecadar e fiscalizar tributos, é qualificada por lei como indelegável.
- b) Caso a receita de determinado tributo seja distribuída constitucionalmente a outro ente federado, a competência legislativa para sua modificação desloca-se automaticamente para o ente beneficiário do repasse.

c) O cometimento do encargo ou da função material de arrecadar tributos a pessoas jurídicas de direito privado desnatura a competência tributária, configurando delegação ilícita.

d) A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.

e) A revogação da delegação de capacidade tributária ativa por parte do ente político originário exige a concordância expressa do ente delegado.

83. O ato do lançamento confere exigibilidade à obrigação tributária originária. Sobre as regras gerais do lançamento estipuladas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) Compete concorrentemente ao sujeito passivo e à autoridade administrativa constituir o crédito tributário por meio do lançamento fiscal.
- b) O ato do lançamento possui natureza jurídica puramente discricionária, permitindo que a autoridade fiscal mensure a oportunidade política da autuação.
- c) A entrega de declaração reconhecendo débito fiscal por parte do contribuinte constitui em definitivo o crédito tributário, restando dispensada nova atividade formal de lançamento pelo Fisco.
- d) O lançamento rege-se imperativamente pela legislação vigente na data em que se promove a sua lavratura, ainda que posterior ao fato gerador.
- e) Erros de direito cometidos pela autoridade administrativa na fundamentação jurídica de lançamentos anteriores autorizam a revisão do ato a qualquer tempo com efeitos retroativos.

84. A moratória atua como causa suspensiva da exigibilidade do crédito fiscal. No que tange às regras de outorga e revogação da moratória no CTN, analise as afirmativas:

- I - A moratória outorgada sob a modalidade de caráter geral exige, caso a caso, a emissão de despacho homologatório individual por parte da autoridade fiscal competente para produzir efeitos.
- II - O benefício da moratória não beneficia o sujeito passivo em casos de dolo, fraude ou simulação.
- III - A concessão da moratória sob a modalidade de caráter individual não gera direito adquirido ao beneficiário, devendo ser revogada de ofício caso se comprove o descumprimento superveniente das condições legais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

85. A Emenda Constitucional nº 132/2023 introduziu modificações profundas na ordem tributária econômica nacional. Nos termos do texto constitucional vigente, o Sistema Tributário Nacional deve pautar-se pela observância de diversos princípios expressos, **EXCETO** o da:

- a) Simplicidade.
- b) Transparência.
- c) Justiça tributária.
- d) Defesa do meio ambiente.
- e) Economicidade.

86. Em relação ao IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, segundo a previsão Constitucional, assinale a alternativa incorreta:

- a) terá legislação única e uniforme em todo o território nacional.
- b) será não cumulativo, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direito, ou de serviço, excetuadas exclusivamente as consideradas de uso ou consumo pessoal especificadas em lei complementar e as hipóteses previstas nesta Constituição.
- c) não integrará sua própria base de cálculo.
- d) Lei complementar disporá sobre regimes específicos de tributação para combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade.
- e) Qualquer alteração na legislação federal que reduza ou eleve a arrecadação do imposto deverá ser compensada pela elevação ou redução, por Lei Complementar, das alíquotas de referência.

87. Considere uma transação comercial na qual o adquirente realiza pagamentos parciais antecipados por um fornecimento de mercadorias cuja entrega física ocorrerá em data futura. À luz das regras instituídas pela Lei Complementar nº 214/2025, na hipótese de adiantamentos efetuados antes do fornecimento do bem ou serviço, a exigência do IBS e da CBS dar-se-á da seguinte forma:

- a) As antecipações serão devidas integralmente na primeira parcela, tomando por base o valor total do contrato e aplicando-se as alíquotas vigentes na data da entrega final.
- b) Serão exigidas antecipações dos tributos na data do pagamento de cada parcela, calculadas sobre o valor de cada fração paga e aplicando-se as alíquotas vigentes e aplicáveis à operação na data da emissão do documento fiscal eletrônico que corresponda ao pagamento ou na data do pagamento, o que ocorrer primeiro.
- c) O montante antecipado gerará créditos imediatos para o fornecedor na escrituração fiscal, postergando-se os débitos para a data da entrega.
- d) Inexiste qualquer exigência de antecipação tributária, permanecendo a cobrança do IBS e da CBS suspensa até o efetivo fornecimento material do bem.
- e) Os valores adiantados serão desconsiderados pelo Fisco, operando-se o fato gerador exclusivamente sobre o saldo remanescente na conclusão do negócio.

88. Uma clínica de fisioterapia promove a prestação de serviços de teleconsultas e acompanhamento à distância por meio de plataformas digitais de videoconferência para pacientes localizados em diferentes Estados do país. A atividade possui natureza onerosa. Nos termos da disciplina de local da operação fixada pela Lei Complementar nº 214/2025 para fins de determinação dos sujeitos ativos do IBS e da CBS, o local da referida prestação será:

- a) O estabelecimento do prestador do serviço, local onde se concentram as atividades intelectuais e operacionais da clínica.
- b) O local da prestação física, considerado aquele em que o profissional fisioterapeuta se encontra no momento da transmissão digital.
- c) O local de hospedagem do servidor de internet no qual a plataforma digital está alocada.
- d) O local do domicílio principal do adquirente do serviço, tendo em vista tratar-se de serviço prestado à distância sobre pessoa física.
- e) O ponto de início da conexão de rede estabelecida para a transmissão de dados.

89. Em relação ao IBS e da CBS, a Constituição Federal afirma que eles seguem as mesmas regras para:

- a) fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e alíquotas.
- b) imunidades e isenções.
- c) regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação.
- d) regras de não cumulatividade e alíquotas.
- e) bases de cálculo, hipóteses de não incidência e destinação do produto da arrecadação.

90. Em relação ao IPVA, conforme previsão Constitucional, analise os itens a seguir:

I-) Não incidirá sobre aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros.

II-) Não incidirá sobre veículos terrestres de passageiros, caminhonetes e mistos com 20 (vinte) anos ou mais de fabricação, inclusive micro-ônibus e ônibus.

III-) Poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, do valor, da nacionalidade e do impacto ambiental.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Eduardo da Rocha

91. No que tange à definição de responsabilidades, alíquotas e à apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), assinale a alternativa correta à luz da respectiva legislação estadual de regência (Lei n.º 12.023/1992):

- a) A responsabilidade solidária atribuída ao adquirente de veículo cujo imposto de exercícios anteriores não foi pago exige que o Fisco estadual efetue a cobrança primeiramente do antigo proprietário, respeitando o benefício de ordem.
- b) A base de cálculo do imposto para os veículos usados será o valor constante do documento fiscal de aquisição original do bem, atualizado anualmente por índices federais de inflação.
- c) A alíquota aplicável a aeronaves é de 3,5%.
- d) O estabelecimento vendedor, inclusive concessionário, que entregar um veículo ao

consumidor final sem o devido emplacamento e sem o recolhimento do IPVA responderá pelo respectivo débito de forma subsidiária.

e) O servidor público que autorizar a transferência de um veículo automotor de qualquer espécie sem a prova do respectivo pagamento do imposto vencido será responsabilizado de forma solidária pelo pagamento do tributo e seus acréscimos incidentes

92. A determinação do exato momento da ocorrência do fato gerador do ICMS é fundamental para o correto cumprimento das obrigações tributárias e a devida aplicação da legislação no tempo. Com base na Lei 18.665/23, analise as afirmativas abaixo relativas à ocorrência do fato gerador:

- I. Não se considera ocorrido o fato gerador do imposto na saída de mercadoria de estabelecimento para outro de mesma titularidade, mantendo-se o crédito relativo às operações e prestações anteriores em favor do contribuinte.
- II. Considera-se saída do estabelecimento do importador, do arrematante ou do adquirente em licitação promovida pelo Poder Público, no Ceará, a mercadoria saída de repartição aduaneira com destino a estabelecimento diverso daquele que a tenha importado, arrematado ou adquirido.
- III. Na hipótese de prestação de serviço de transporte interestadual em que o tomador não seja contribuinte do imposto domiciliado ou estabelecido no Ceará, e não estando a prestação vinculada a operação subsequente, o fato gerador ocorre no ato final da referida prestação do serviço.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta

93. A Secretaria da Fazenda busca estruturar o Programa de Educação Fiscal do Estado do Ceará (PEF/CE) de forma organizada, dividindo sua implementação em eixos estratégicos de atuação para viabilizar o seu funcionamento e a sua manutenção. De acordo com o Decreto 33.325/2019, que regulamenta o referido programa, a sua implementação deverá ocorrer estruturada exatamente nas seguintes dimensões:

- a) pedagógica, interfederativa e fiscalizadora.
- b) educacional, financeira e punitiva.
- c) institucional, financeira e integradora.
- d) tecnológica, logística e humana.
- e) institucional, operacional e arrecadatória

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Rafael Rocha (Caverna)

94. Com base na lei estadual nº 15.812/2015, julgue os itens a seguir a respeito do ITCD.

- I. Considera-se iniciada a contagem do prazo decadencial, após a comunicação ao Fisco, pelos respectivos interessados, da concretização dos fatos geradores do ITCD.
- II. nas transmissões sujeitas à incidência do ITCD, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos forem os herdeiros, legatários, doadores e usufrutuários, ainda que o bem ou direito seja indivisível.
- III. Nas transmissões causa mortis, o imposto deve ser recolhido em até 60 dias, contados da notificação, ao sujeito passivo, pela autoridade fazendária, inclusive na hipótese da ocorrência de desistência ou renúncia à herança.

São corretos, apenas:

- a) I.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I e II.

e) I, II e III.

95. Com base na lei estadual nº 15.812/2015, o crédito tributário relativo ao ITCD não recolhido nos prazos regulamentares:

- a) poderá ser parcelado em até 12 parcelas mensais e sucessivas, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a 50 Ufircs, mesmo na hipótese de o crédito já estar inscrito em Dívida Ativa do Estado.
- b) poderá ser parcelado em até 24 parcelas mensais e sucessivas, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a 50 Ufircs, mesmo na hipótese de o crédito já estar inscrito em Dívida Ativa do Estado.
- c) poderá ser parcelado em até 30 parcelas mensais e sucessivas, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a 50 Ufircs, exceto se o crédito já estiver inscrito em Dívida Ativa do Estado.
- d) poderá ser parcelado em até 24 parcelas mensais e sucessivas, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a 50 Ufircs, exceto se o crédito já estiver inscrito em Dívida Ativa do Estado.
- e) poderá ser parcelado em até 30 parcelas mensais e sucessivas, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a 50 Ufircs, mesmo na hipótese de o crédito já estar inscrito em Dívida Ativa do Estado.

CONTABILIDADE AVANÇADA*Marcondes Fortaleza*

96. Uma empresa obteve um empréstimo de R\$ 7.000.000,00 para investimento em equipamentos industriais, cujas características são apresentadas a seguir:

- Data da obtenção do empréstimo: 30/11/2024.
- Prazo do contrato: 10 anos.
- Taxa de juros: 0,9% ao mês (juros compostos).
- Forma de pagamento: parcelas mensais no valor de R\$ 95.634,23, com vencimento sempre no último dia de cada mês.

Para a obtenção do empréstimo a empresa incorreu em custos de transação, pagos na data do empréstimo, no valor total de R\$ 334.243,87 e a taxa de custo efetivo foi 1% ao mês.

Em relação a esta operação, é correto afirmar que

- a) O valor dos encargos financeiros de 2024 foi R\$ 95.634,23.
- b) O valor dos encargos financeiros de 2024 foi R\$ 70.000,00.
- c) O saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2024 foi R\$ 6.974.365,76.
- d) O valor total registrado no passivo (circulante e não circulante), na data da obtenção do empréstimo, foi R\$ 7.000.000,00.
- e) O saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2024 foi R\$ 6.636.779,45.

97. A empresa comercial É LENHA S.A. realizou as seguintes vendas durante o mês de dezembro de 2025:

Data	Valores em Reais (R\$)	Data de vencimento
01/12/2025	2.957.500	01/03/2027
15/12/2025	1.235.000	À vista

A taxa de juros praticada pela empresa para as vendas a prazo, em dezembro de 2025, era de 1,5% ao mês, sendo que a taxa equivalente para o período de 01/12/2025 a 01/03/2027 era 30%.

A empresa reconheceu na Demonstração do Resultado do ano de 2025, especificamente em relação às vendas efetuadas no mês de dezembro de 2025, receita de vendas no valor de

- a) R\$ 4.192.500 e receita financeira no valor de R\$ 682.500.
- b) R\$ 3.510.000 e receita financeira no valor de R\$ 34.125.
- c) R\$ 3.510.000, apenas.
- d) R\$ 4.192.500, apenas.
- e) R\$ 3.510.000 e receita financeira no valor de R\$ 682.500.

98. No dia 01/12/2025, uma empresa realizou três aplicações financeiras. As características de cada aplicação e os critérios de mensuração definidas pela empresa são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado	Vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros
400.000	30/06/2026	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1% a.m.
800.000	30/11/2026	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1,5% a.m.
480.000	31/10/2027	Mensuração ao custo amortizado	2% a.m.

Em 31/12/2025 a empresa identificou os seguintes valores justos para a três aplicações:

Mensuração definida pela empresa	Valor Justo em 31/12/2025 (R\$)
Mensuração ao valor justo por meio do resultado	408.000
Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	806.400
Mensuração ao custo amortizado	492.000

O valor que impactou o resultado da empresa no ano de 2025, decorrente dessas aplicações foi, em reais:

- a) 28.000
- b) 29.600
- c) 26.400
- d) 25.600
- e) 24.000

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Silvio Sande

99. A empresa industrial SS S.A. produz um único produto e, para produzir integralmente 10.000 unidades desse produto, incorreu nos seguintes gastos durante o mês de janeiro de 2026:

- Custos fixos: R\$ 50.000
- Custos variáveis:
- Matéria-prima: R\$ 15/unidade
- Mão de obra direta: R\$ 12/unidade
- Despesas fixas: R\$ 30.000
- Despesas variáveis: R\$ 3/unidade
- Comissões de venda: 10% do preço de venda

Informações adicionais:

- Preço de venda: R\$ 70/unidade
- Impostos sobre a Venda: 10% da receita de vendas
- Quantidade vendida: 3.000 unidades

Sabendo que a empresa industrial **SS S.A.** utiliza o Método de Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do período foi, em reais,

- a) 32.
- b) 27.
- c) 24.
- d) 14.
- e) 18.

100. A contabilidade de determinada empresa levantou os seguintes dados sobre a produção empresarial:

Preço de venda unitário: R\$ 250,00

Custos fixos unitários: R\$ 77,00

Custos fixos totais: R\$ 53.900,00

Custos variáveis unitários: R\$ 60,00

Despesas fixas unitárias: R\$ 30,00

Despesas fixas totais: R\$ 21.000,00

Despesas variáveis unitárias: R\$ 50,00

Quantidade vendida: 500

Com base nesses dados, a margem de contribuição unitária e a margem de contribuição total são, respectivamente,

- a) R\$ 270,00 e R\$ 189.000,00
- b) R\$ 140,00 e R\$ 70.000,00
- c) R\$ 377,00 e R\$ 263.000,00
- d) R\$ 90,00 e R\$ 63.000,00
- e) R\$ 73,00 e R\$ 51.100,00

ARQUITETURA DE COMPUTADORES

Evandro Vecchia

101. No contexto do Windows Server e do Active Directory (AD DS), analise as afirmativas a seguir:

- I. O Active Directory utiliza o protocolo LDAP para consultas e gerenciamento de objetos no diretório.
- II. Um Controlador de Domínio (Domain Controller) é responsável por autenticar usuários e aplicar políticas de segurança.
- III. O Active Directory organiza seus objetos exclusivamente em estruturas planas, sem hierarquia.
- IV. As Group Policies (GPOs) permitem a definição centralizada de configurações para usuários e computadores.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II.
- b) I, II e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

102. Em sistemas Linux baseados em Red Hat, o comando `systemctl` é utilizado para

- a) gerenciar serviços em sistemas que utilizam o `systemd`.
- b) gerenciar pacotes.
- c) verificar a configuração do sistema.
- d) modificar a configuração do sistema.
- e) consultar a configuração do sistema.

DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE

Raphael Lacerda

103. Em um sistema de gerenciamento tributário desenvolvido em TypeScript pela Secretaria da Fazenda, é necessário declarar uma variável chamada `contribuintes`, que deve armazenar exclusivamente números inteiros representando os códigos dos contribuintes cadastrados. Essa variável deve ser inicializada com os valores 12345, 67890 e 11223, utilizando **explicitamente a sintaxe de array genérico** da linguagem TypeScript. A instrução que atende corretamente a esse requisito é:

- a) `let contribuintes = [12345, 67890, 11223];`
- b) `let contribuintes: number = [12345, 67890, 11223];`
- c) `let contribuintes: Array<number> = [12345, 67890, 11223];`
- d) `let contribuintes: Array{Number} = [12345, 67890, 11223];`
- e) `let contribuintes: [number] = [12345, 67890, 11223];`

104. Uma equipe de desenvolvimento da Secretaria da Fazenda está projetando um sistema de gestão de tributos utilizando Spring Boot como framework principal. O sistema precisa persistir entidades como Contribuinte, NotaFiscal e Débito em um banco de dados PostgreSQL utilizando Hibernate como provedor JPA. Para que o Hibernate seja corretamente integrado ao projeto Spring Boot, a equipe deve:

- a) Configurar manualmente o mapeamento ORM diretamente no arquivo `application.properties`, desativando o uso de arquivos de mapeamento XML.
- b) Utilizar a anotação `@Entity` para definir as classes de modelo e configurar a dependência Spring Data JPA (que inclui Hibernate) no arquivo `pom.xml` ou `build.gradle`, deixando o Spring Boot gerenciar automaticamente o Hibernate.
- c) Criar manualmente um arquivo `hibernate.cfg.xml` para configurar o Hibernate, sem necessidade de integração com o Spring Boot.
- d) Configurar o Hibernate diretamente no código Java principal do projeto, criando um `SessionFactory` manualmente através de código imperativo.
- e) Utilizar exclusivamente arquivos `.properties` para configurar as entidades, sem necessidade de anotações como `@Entity` nas classes de modelo.

105. Um desenvolvedor precisa gerar automaticamente um serviço Angular chamado `tributos`, que será localizado dentro do diretório `src/app/core/services/` do projeto, para encapsular as chamadas HTTP à API REST de tributos. O comando da Angular CLI para realizar essa tarefa corretamente é:

- a) `ng generate component core/services/tributos`
- b) `npx g s core/services/tributos`
- c) `ng generate service core/services/tributos`
- d) `npm g s service core/services/tributos`
- e) `npm generate service core/services/tributos`

106. Em um aplicativo móvel desenvolvido com React Native para gerenciar intimações jurídicas, um desenvolvedor precisa estilizar um botão que deve ocupar toda a largura da tela, ter fundo verde e texto branco centralizado. Considere o código abaixo:

```
import React from 'react';
import { View, Text, TouchableOpacity, StyleSheet }
  from 'react-native';

export default function IntimacaoButton() {
  return (
    <View style={styles.container}>
      <TouchableOpacity style={styles.button}>
        <Text style={styles.text}>Confirmar
          Intimação</Text>
      </TouchableOpacity>
    </View>
  );
}

const styles = StyleSheet.create({
  container: {
    padding: 20
  },
  button: {
    .. I ..
  },
  text: {
    .. II ..
  }
});
```

Para que o botão atenda aos requisitos especificados, as lacunas I e II devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- a) width: '100%', backgroundColor: 'green', padding: 15 | color: 'white', textAlign: 'center', fontSize: 16
- b) width: auto, background-color: 'green', padding: 15px | color: ' ', align: 'center'
- c) width: '100vw', backgroundColor: '#008000', margin: 15 | color: 'white', justifyContent: 'center'
- d) size: 'full', backgroundColor: green, padding: '15dp' | textColor: 'white', textPosition: 'center'
- e) flex: 1, backgroundColor: 'green', padding: 15 | fontColor: ' ', textAlign: 'middle'

107. Uma analista de TI da Secretaria da Fazenda está implementando testes unitários automatizados para o módulo de cálculo de ICMS usando **JUnit 5**. Ela preparou um material de referência para a equipe explicando que os testes JUnit são organizados em classes de teste, onde cada método de teste representa um caso de teste específico. O JUnit fornece anotações para definir métodos de teste e métodos de configuração/desmontagem (setup/teardown). As anotações principais do JUnit 5 para essa finalidade são:

- a) `@Complete`, `@sendData` e `@whileBefore`
- b) `@After`, `@Before` e `@Test`
- c) `@makeEquals`, `@makeTrue` e `@makeFalse`
- d) `@BeforeEach`, `@AfterEach` e `@Test`
- e) `@indentCase`, `@Feed` e `@endTest`

108. A equipe de DevOps da Secretaria da Fazenda está desenvolvendo um sistema tributário baseado em microsserviços (serviços de Contribuinte, Cálculo de ICMS, Emissão de Guias, Notificações) e deseja implementar pipelines de CI/CD para automatizar o processo de integração contínua e entrega contínua. O objetivo é minimizar erros humanos, padronizar o ambiente de execução e facilitar a implantação dos microsserviços em múltiplos ambientes (desenvolvimento, homologação e produção). Para garantir uma

pipeline CI/CD funcional que atenda esses requisitos, a equipe deve:

- a) Configurar Kubernetes diretamente como a ferramenta principal de integração contínua, substituindo ferramentas de build.
- b) Implantar manualmente os builds de cada microsserviço para garantir controle absoluto sobre o processo de deployment.
- c) Utilizar Docker para criar contêineres padronizados, integrando a pipeline com Jenkins para orquestrar automaticamente os builds, testes e deploys.
- d) Configurar apenas o controle de versão com Git, deixando os pipelines CI/CD para uma etapa futura após o lançamento em produção.
- e) Utilizar apenas shell scripts customizados para automatizar todas as etapas, sem ferramentas dedicadas de CI/CD como Jenkins, GitLab CI ou ArgoCD.

109. A equipe de desenvolvimento da Secretaria da Fazenda adota práticas de DevOps e DevSecOps no desenvolvimento do sistema tributário. A equipe utiliza GitLab para controle de versão e pipelines automatizados de CI/CD. Para organizar o versionamento de código de forma eficiente e alinhada às boas práticas, permitindo trabalho paralelo de múltiplos desenvolvedores com controle de releases e correções emergenciais (hotfixes), a gestão de branches deve:

- a) Centralizar o trabalho exclusivamente na branch **main**, utilizando branches secundárias apenas em situações de exceção.
- b) Conduzir todos os merges manualmente, priorizando decisões da equipe técnica, ainda que sem validações automatizadas vinculadas ao pipeline de CI/CD.
- c) Adotar versionamento simplificado para projetos internos, com registro informal de alterações e controle local de mudanças sem histórico centralizado.
- d) Executar pipelines de CI/CD apenas em ambientes de homologação, dispensando validações na etapa de publicação em produção.
- e) Ser organizada com a criação de ramificações específicas para novas funcionalidades (feature branches), correções emergenciais (hotfix branches) e preparação de releases (release branches), alinhando-se às boas práticas de versionamento como Gitflow.

110. A Secretaria da Fazenda implantou uma plataforma de observabilidade para monitorar a saúde dos microsserviços do sistema tributário. A equipe configurou **Prometheus** para coletar métricas (CPU, memória, latência de APIs, taxa de erros), **Elasticsearch** para armazenar logs centralizados e **Zabbix** para monitorar infraestrutura de servidores. Para criar dashboards unificados que visualizem métricas de **múltiplas fontes de dados** (Prometheus, Elasticsearch e Zabbix) em painéis interativos, permitindo correlacionar informações e configurar alertas visuais, a ferramenta adequada é:

- a) Kibana, que integra nativamente com Prometheus, Zabbix e Elasticsearch para criar painéis unificados de observabilidade.
- b) Logstash, que processa e transforma dados de múltiplas fontes para gerar dashboards consolidados em tempo real.
- c) Beats, que coleta métricas de diversas origens e renderiza dashboards dinâmicos diretamente no navegador.
- d) Grafana, que suporta múltiplos data sources simultaneamente (Prometheus, Elasticsearch, Zabbix, entre outros), permitindo criar dashboards unificados com visualizações personalizáveis e alertas configuráveis.
- e) Prometheus UI, que possui interface nativa para visualizar métricas de qualquer data source compatível com a linguagem PromQL.

111. Um analista da Secretaria da Fazenda está desenvolvendo um script Python para gerar relatórios tributários personalizados. Ele precisa formatar uma string que exiba o nome do contribuinte e o valor do débito calculado. Considere o código abaixo:

```
contribuinte = "João Silva"
```

```
debito = 1523.75
```

```
# Gerar mensagem formatada
```

```
mensagem = ???
```

```
print(mensagem)
```

Para que a saída seja: "Contribuinte: João Silva - Débito: R\$ 1523.75", a linha que deve substituir ??? utilizando **f-string** (formatação literal de strings introduzida no Python 3.6+) é:

a) `mensagem = f"Contribuinte: {contribuinte} - Débito: R$ {debito}"`

b) `mensagem = "Contribuinte: " + contribuinte + " - Débito: R$ " + str(debito)`

c) `mensagem = "Contribuinte: %s - Débito: R$ %.2f" % (contribuinte, debito)`

d) `mensagem = "Contribuinte: {} - Débito: R$ {}".format(contribuinte, debito)`

e) `mensagem = f'Contribuinte: $contribuinte - Débito: R$ $debito'`

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

André Castro

112. Uma organização adotou trabalho híbrido e passou a disponibilizar aplicações internas por meio de infraestrutura multicloud. A equipe de segurança pretende aplicar simultaneamente os princípios de defesa em profundidade e Zero Trust.

A arquitetura compatível com esses princípios deve

a) concentrar os controles de autenticação no perímetro da rede, considerando confiáveis as comunicações realizadas após o estabelecimento da VPN corporativa.

b) substituir os controles preventivos por mecanismos de detecção e resposta, uma vez que o Zero Trust parte da premissa de que incidentes são inevitáveis.

c) conceder acesso permanente aos recursos depois da primeira autenticação multifator, desde que o equipamento utilizado pertença à organização.

d) avaliar continuamente identidade, estado do dispositivo, contexto e risco da sessão, aplicar privilégio mínimo e microsegmentação, mantendo controles preventivos, detectivos e corretivos em diferentes camadas.

e) impedir toda comunicação lateral entre sistemas, inclusive aquelas necessárias ao funcionamento das aplicações, utilizando uma única conta administrativa para simplificar a auditoria.

113. O SIEM de uma instituição identificou execução anômala de PowerShell, acesso a credenciais e tentativas de movimentação lateral originadas de uma estação de trabalho. O EDR confirmou a presença de código malicioso em memória.

Considerando as práticas de tratamento de incidentes, a ação tecnicamente mais adequada é

a) desligar imediatamente todos os equipamentos da mesma sub-rede, eliminando os dados voláteis antes que o atacante consiga alterá-los.

b) validar e registrar o incidente, preservar evidências relevantes, isolar o endpoint comprometido, determinar o escopo, erradicar a causa, restaurar os serviços de forma controlada e conduzir análise pós-incidente.

c) remover o código malicioso detectado e encerrar o incidente, pois a eliminação do artefato inicial dispensa a investigação de persistência e movimentação lateral.

d) manter o endpoint conectado para facilitar seu monitoramento, bloqueando apenas o endereço IP externo inicialmente identificado pelo SIEM.

e) restaurar imediatamente uma imagem padrão no endpoint, sem coleta de evidências, pois a disponibilidade possui prioridade absoluta sobre a análise forense.

114. A análise de impacto nos negócios de determinado serviço estabeleceu RPO de 15 minutos e RTO de 2 horas. Às 10h37 ocorreu um desastre no datacenter principal.

Estão disponíveis as seguintes alternativas:

I. Backup completo consistente das 10h00, cuja restauração terminaria às 11h20.

II. Réplica consistente posicionada no instante das 10h30, cuja ativação terminaria às 11h50.

III. Backup consistente das 10h20, cuja restauração terminaria às 13h00.

Atende simultaneamente aos objetivos definidos a alternativa

a) I, pois a restauração terminaria antes do limite correspondente ao RTO.

b) I, pois o RPO é calculado com base no tempo necessário para restaurar o serviço.

c) II, pois haveria perda potencial de 7 minutos e recuperação em 1 hora e 13 minutos.

d) III, pois a perda potencial de 17 minutos seria compensada pela existência de um backup mais recente.

e) III, pois o RTO admite que a restauração seja concluída até duas horas depois do início do procedimento de recuperação, independentemente do horário do desastre.

115. Um portal corporativo utilizará um provedor de identidade para autenticar usuários. Depois do login, o portal deverá acessar, em nome do usuário, uma API independente. As comunicações serão protegidas por TLS.

Nesse contexto, é correto afirmar que

a) o OAuth 2.0 autentica diretamente o usuário perante o portal por meio do access token, enquanto o OIDC é utilizado apenas para criptografar a comunicação.

b) o certificado X.509 apresentado pelo servidor substitui a autenticação do usuário e concede ao portal autorização para consumir a API.

c) o ID token emitido pelo OIDC deve ser enviado à API como mecanismo principal de autorização, pois contém informações sobre a identidade autenticada.

d) o access token comprova necessariamente a identidade civil do usuário, enquanto o ID token define exclusivamente as permissões concedidas à aplicação cliente.

e) o OIDC acrescenta uma camada de identidade ao OAuth 2.0; o ID token informa o resultado da autenticação ao cliente, e o access token é utilizado para autorizar o acesso à API.

116. Uma empresa mantém aplicações em containers por meio de uma esteira de integração e entrega contínuas. Modelos de inteligência artificial auxiliam a geração de código e a priorização de alertas do SOC. A organização processa dados pessoais e utiliza serviços de nuvem de diferentes provedores.

A medida mais compatível com DevSecOps, proteção de dados e segurança no uso de inteligência artificial é

- a) integrar à esteira análise de código, dependências, imagens e infraestrutura como código; proteger segredos em serviço de gerenciamento de chaves; assinar artefatos; aplicar políticas antes da implantação; monitorar o runtime; minimizar dados pessoais; e submeter resultados relevantes da IA à validação humana.
- b) concentrar as verificações de segurança em uma auditoria realizada depois da entrada do sistema em produção, evitando que controles automatizados reduzam a velocidade da esteira.
- c) armazenar credenciais nos arquivos de configuração das imagens, desde que o repositório de containers seja privado e protegido por autenticação multifator.
- d) autorizar automaticamente as ações recomendadas pelos modelos de IA, pois a utilização de dados históricos elimina falsos positivos, ataques adversariais e decisões incorretas.
- e) transferir ao provedor de nuvem toda a responsabilidade por identidades, dados, aplicações, configurações e conformidade, uma vez que a infraestrutura física não é administrada pelo cliente.

REDE DE COMPUTADORES

André Castro

117. Uma organização recebeu o bloco IPv4 10.20.8.0/22 e precisa criar três sub-redes para comportar, respectivamente, 500, 200 e 50 hosts, desconsiderando crescimento futuro.

Uma distribuição válida, sem sobreposição e com aplicação de VLSM, é

- a) 10.20.8.0/24, 10.20.9.0/24 e 10.20.10.0/26.
- b) 10.20.8.0/23, 10.20.9.0/24 e 10.20.10.0/26.
- c) 10.20.8.0/23, 10.20.10.0/24 e 10.20.11.0/26.
- d) 10.20.8.0/22, 10.20.10.0/24 e 10.20.11.0/26.
- e) 10.20.8.0/23, 10.20.10.0/25 e 10.20.11.0/26.

118. Em uma rede IPv6, os computadores devem configurar automaticamente seus endereços a partir das informações anunciadas pelo roteador. Determinados parâmetros adicionais, como endereços de servidores DNS, serão fornecidos por um servidor DHCPv6.

Nessa situação, é correto afirmar que

- a) o DHCPv6 será responsável pela atribuição do endereço IPv6 e da rota padrão aos computadores.
- b) os computadores poderão utilizar SLAAC para configurar seus endereços e DHCPv6 para obter parâmetros complementares.
- c) o roteador deverá utilizar ARP para informar aos computadores o prefixo IPv6 disponível.
- d) a utilização de DHCPv6 impede que os computadores configurem seus endereços por meio de SLAAC.
- e) os computadores somente poderão acessar outras redes se receberem a rota padrão por meio do servidor DHCPv6.

119. Após a implantação de uma VPN IPsec entre duas unidades, testes com pequenos pacotes e conexões simples funcionam normalmente. Entretanto, algumas transferências TCP de maior volume ficam paralisadas. Verificou-se que o túnel acrescenta cabeçalhos, os pacotes utilizam a flag DF e mensagens ICMP relacionadas à descoberta da MTU estão sendo bloqueadas.

A correção mais apropriada consiste em

- a) aumentar o tamanho da janela TCP em todos os servidores, pois a MTU não interfere na transmissão de segmentos com a flag DF.
- b) desabilitar o controle de congestionamento do TCP para permitir que os pacotes atravessem o túnel independentemente de seu tamanho.
- c) habilitar fragmentação diretamente nos switches de camada 2, que devem dividir os quadros antes de encaminhá-los ao túnel.
- d) permitir as mensagens ICMP necessárias à descoberta da MTU e, quando adequado, ajustar a MTU ou aplicar MSS clamping nas extremidades do túnel.
- e) substituir o IPsec por NAT, pois a tradução de endereços elimina o acréscimo de cabeçalhos e preserva a confidencialidade dos dados.

120. Uma rede sem fio corporativa deve autenticar individualmente os empregados, utilizar certificados nos dispositivos administrados, permitir revogação centralizada de acesso e atribuir VLANs dinamicamente conforme o perfil do usuário.

A solução mais adequada é

- a) WPA3-Enterprise com 802.1X, EAP-TLS e integração com servidor RADIUS.
- b) WPA3-Personal com SAE e uma senha compartilhada diferente para cada ponto de acesso.
- c) portal cativo com autenticação HTTP, dispensando proteção criptográfica na camada de enlace.
- d) filtragem de endereços MAC combinada com SSID oculto e endereçamento IP estático.
- e) WPS com PIN individual e isolamento de clientes no ponto de acesso.

121. Em uma infraestrutura SDN, os equipamentos de encaminhamento mantêm tabelas de fluxo instaladas segundo políticas definidas por um controlador.

É característica dessa arquitetura

- a) eliminar o plano de controle, uma vez que todas as decisões passam a ser tomadas exclusivamente pelos switches.
 - b) transferir o plano de dados ao controlador, que passa a encaminhar diretamente cada pacote recebido na rede.
 - c) exigir que o controlador seja um único equipamento físico, pois a distribuição lógica do controle descaracterizaria o modelo SDN.
 - d) utilizar interfaces northbound exclusivamente para comunicação entre switches e interfaces southbound apenas para aplicações de negócio.
 - e) separar logicamente os planos de controle e de dados, permitindo que aplicações expressem políticas ao controlador e que este programe os dispositivos de encaminhamento.
-

122. Uma organização necessita executar bancos de dados transacionais com baixa latência e acesso em blocos. Também precisa manter cópias de segurança de longo prazo, protegidas contra alteração e exclusão acidental ou maliciosa.

A arquitetura mais adequada é

- a) utilizar armazenamento em objetos para os volumes ativos dos bancos de dados e considerar a replicação síncrona suficiente para substituir os backups.
- b) utilizar armazenamento em blocos, eventualmente fornecido por uma SAN, para os bancos de dados, e armazenamento em objetos com versionamento ou imutabilidade para as cópias de segurança.
- c) utilizar exclusivamente armazenamento de arquivos compartilhados para todas as cargas, pois os protocolos de arquivos eliminam a necessidade de consistência transacional.
- d) utilizar deduplicação como mecanismo de recuperação de desastres, pois dados duplicados podem ser reconstruídos sem cópias adicionais.
- e) manter snapshots no mesmo equipamento dos dados de produção como única forma de proteção, pois snapshots permanecem disponíveis mesmo após a perda física do storage.

123. Uma empresa reduziu o valor de TTL do registro DNS de seu portal antes de migrá-lo para um novo endereço IP. Após a alteração do registro no servidor autoritativo, alguns usuários passaram a acessar imediatamente o novo ambiente, enquanto outros continuaram sendo direcionados temporariamente ao endereço anterior.

Essa situação ocorre porque

- a) os servidores DNS recursivos podem manter em cache a resposta anterior até o término do respectivo TTL.
- b) o servidor autoritativo somente atualiza os registros depois que todos os servidores recursivos confirmam o recebimento da alteração.

c) o protocolo DNS replica automaticamente as zonas para todos os provedores de acesso antes de considerar válido um novo endereço IP.

d) o cliente precisa estabelecer uma conexão TCP com o servidor autoritativo sempre que desejar resolver o nome do portal.

e) a redução do TTL impede que servidores recursivos consultem novamente o servidor autoritativo durante o período de migração.

124. Uma equipe deseja implementar observabilidade integrada para coletar métricas, centralizar logs, criar painéis, acompanhar transações distribuídas e monitorar equipamentos de infraestrutura por agentes e SNMP.

A associação correta entre ferramentas e funções é

- a) Prometheus para armazenamento de logs textuais, ELK Stack para coleta de métricas por scraping e Grafana para execução de agentes SNMP.
- b) Grafana para instrumentação de aplicações, Zabbix para rastreamento distribuído e APM exclusivamente para criação de painéis.
- c) ELK Stack para gerenciamento de VLANs, Prometheus para captura de pacotes e Zabbix para orquestração de containers.
- d) Prometheus para métricas e séries temporais, Grafana para visualização, ELK Stack para centralização e pesquisa de logs, APM para transações e desempenho de aplicações e Zabbix para monitoramento de infraestrutura.
- e) APM para substituição de todos os logs, métricas e eventos, tornando desnecessárias ferramentas específicas de coleta e correlação.

125. Uma empresa pretende interligar seu datacenter a ambientes na AWS e no Microsoft Azure. Aplicações críticas exigem conectividade privada e previsível, mas também deve existir um caminho criptografado de contingência. Os servidores das sub-redes privadas precisam acessar atualizações na Internet sem aceitar conexões iniciadas externamente.

A arquitetura mais adequada é

- a) utilizar Direct Connect e ExpressRoute como conexões privadas principais, manter VPNs site-to-site IPsec como contingência e encaminhar a saída das sub-redes privadas por gateways NAT, aplicando rotas e controles de segurança restritivos.
- b) utilizar apenas Internet Gateways diretamente nas sub-redes privadas, pois esses componentes traduzem endereços e impedem automaticamente conexões recebidas.
- c) utilizar Direct Connect e ExpressRoute como mecanismos de criptografia ponta a ponta, dispensando VPN, TLS ou outros controles criptográficos.
- d) atribuir endereços públicos a todos os servidores e utilizar grupos de segurança sem restrições de saída, pois a conexão dedicada impede acessos originados da Internet.
- e) substituir a conectividade privada por armazenamento em objetos, pois a replicação de dados entre provedores elimina a necessidade de comunicação entre as aplicações.

ENGENHARIA DE SOFTWARE

Fernando Pedrosa

Acerca de **Metodologias Ágeis**, julgue os itens subsequentes.

126. Acerca de características de Kanban e métodos ágeis, assinale a alternativa correta.

- a) Utiliza o método "Pull" para seleção de itens de desenvolvimento, o que otimiza o uso de recursos e facilita o planejamento a longo prazo.
- b) Prescreve a realização de reuniões diárias sobre o trabalho que está sendo desenvolvido.
- c) Define papéis específicos para cada etapa do Board (Quadro Kanban), como Analista de Requisitos, Desenvolvedor e Testador.
- d) Define um limite para a duração de desenvolvimento de cada Card (Cartão, Tarefa), geralmente não excedendo quatro semanas.
- e) Uma das razões para a utilização de Kanban é para aumentar a velocidade de desenvolvimento.

127. Kanban é um método para Gestão de Mudanças com foco na visualização do trabalho em progresso. Sobre Kanban, assinale a alternativa correta.

- a) Tal como Scrum, Kanban prescreve papéis, práticas e algumas cerimônias específicas.
- b) Utiliza o método "Push" para seleção de itens ou tarefas a serem implementadas.
- c) Recomenda o uso de iterações com duração máxima de um mês.
- d) Não é possível desenvolver um produto apenas com Kanban, pois ele não possui, por si só, um conjunto suficiente de práticas para isso.
- e) As colunas de um quadro Kanban representam uma maneira de descrever os requisitos do produto final.

Acerca de **Padrões de Projeto**, julgue os itens subsequentes.

128. Padrões de projeto podem ser Criacionais, Estruturais ou Comportamentais. Assinale a alternativa que contém apenas padrões Estruturais.

- a) Adapter, Bridge, Composite, Façade e Flyweight
- b) Builder, Decorator, Composite, Command e Iterator
- c) Memento, Observer, Adapter, Visitor, Strategy
- d) Adapter, Bridge, Singleton, Prototype e Abstract Factory
- e) Mediator, Interpreter, Memento, Visitor, Iterator

129. Qual dos seguintes padrões é usado para obter uma maneira de acessar os elementos de um objeto de coleção de maneira sequencial sem a necessidade de conhecer sua representação subjacente?

- a) Memento
- b) Mediator
- c) Iterator
- d) Observer
- e) Adapter

Acerca de **Requisitos**, julgue os itens subsequentes.

130. Sobre a técnica de especificação de casos de uso, assinale a alternativa correta.

- a) Atores são sempre entidades externas ao sistema que está sendo modelado.
- b) É possível haver herança (especialização ou generalização) entre atores, mas não entre casos de uso.
- c) No relacionamento de extensão, um Caso de Uso base incorpora o comportamento de outro Caso de Uso.
- d) O relacionamento de inclusão modela fluxos que são executados somente em determinados casos,

sob determinadas circunstâncias ou que dependem de escolha de um ator.

- e) Um caso de uso abstrato geralmente é uma inclusão, extensão ou generalização de outro caso de uso, mas podem ser instanciados diretamente.

131. Sobre as etapas da engenharia de requisitos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O estudo de viabilidade consiste em avaliação, relativamente rápida e barata, para verificar se as necessidades dos usuários podem ser satisfeitas por meio de um sistema de software.
- b) A elicitação de requisitos consiste em descobrir, tornar explícito ou obter o máximo de informações para o conhecimento do projeto.
- c) A especificação de requisitos consiste em registrar os requisitos em um documento escrito, modelo gráfico ou, ainda modelo matemático formal, sendo que a abordagem utilizada depende da necessidade específica de cada projeto.
- d) A análise de requisitos consiste em gerenciar as mudanças nos requisitos durante o processo de Engenharia de Requisitos.
- e) A validação de requisitos consiste em demonstrar que os requisitos definem o sistema que o usuário realmente deseja.

Acerca de **SOA e Web Services**, julgue os itens subsequentes.

132. No contexto de Web Services, o elemento do WSDL se refere a:

- a) Se será utilizado TCP ou UDP no servidor
- b) As operações que podem ser invocadas no web service
- c) O protocolo que será utilizado no Web Service
- d) Os tipos de dados utilizados nas mensagens.
- e) A URL do serviço

133. No documento WSDL 2.0, qual elemento é responsável por definir o endereço (URL) ou localização específica onde o Web Service pode ser acessado?

- a) Types
- b) Interface
- c) Binding
- d) Endpoint
- e) Operation

Acerca de **Testes e Qualidade de Software**, julgue os itens subsequentes.

134. O analista de sistemas de um órgão público está preocupado com a estratégia de testes a ser adotada para uma determinada função, pois o domínio de dados de entrada é muito grande e seria inviável testar todos as possibilidades. Neste caso, que técnica pode ajudar o analista?

- a) Teste do Caminho Básico
- b) Teste de Grafos
- c) Análise de Valores Limítrofes
- d) Teste de Unidade
- e) Particionamento de Equivalências

135. Um analista de testes está aplicando uma técnica de caixa preta que divide o domínio de entrada de um sistema em classes de dados. A premissa é que, se o software funcionar corretamente para um valor representativo de uma classe, ele funcionará para todos os outros valores dessa mesma classe. Essa técnica denomina-se:

- a) Análise de Valores Limítrofes.
- b) Particionamento de Equivalência.
- c) Cobertura de Caminho.
- d) Teste de Integração Big-Bang.
- e) Teste de Caixa Branca Estrutural.

GOVERNANÇA DE TIC

Fernando Pedrosa

Acerca de **BPM**, julgue os itens subsequentes.

136. A análise de processos é essencial para avaliar como os processos de negócio estão operando. Sobre esse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) O estado atual dos processos de negócio é chamado de AS-IS (COMO-É ou COMO-ESTÁ) e tem como benefício a compreensão do negócio e seus processos, incluindo seus erros e acertos.
- b) O desenho do estado futuro desejado de um processo da organização é chamado TO-BE (COMO-SERÁ), e pode utilizar simulações operacionais para verificar o funcionamento do processo proposto.
- c) Tanto para a elaboração de diagramas AS-IS como TO-BE, a principal técnica de modelagem utilizada em BPM é a BPMS (business processes modeling system).
- d) Diagramas de AS-IS são elaborados na etapa de modelagem de processos.
- e) Diagramas de TO-BE são elaborados na etapa de desenho de processos.

137. Sobre os processos primários em uma organização, segundo as definições do BPM CBOK, é correto afirmar que:

- a) São processos que governam as atividades da organização e garantem a conformidade com as políticas estratégicas.
- b) Agregam valor diretamente ao cliente e estão intrinsecamente ligados à missão principal da empresa.
- c) Servem exclusivamente para facilitar os processos de suporte, como recursos humanos e tecnologia da informação.
- d) Representam restrições de capacidade que criam filas e limitam o desempenho geral da organização.
- e) Focam apenas na supervisão interna e melhoria contínua da governança corporativa.

Acerca de **BPMN**, julgue os itens subsequentes.

138. De acordo com os elementos do BPMN 2.0, Eventos, Atividades e Gateways são:

- a) Objetos de Fluxo
- b) Dados
- c) Objetos de Conexão
- d) Partições
- e) Artefatos

139. Sobre os diferentes tipos de Gateways na notação BPMN 2.0, assinale a opção INCORRETA.

- a) Um gateway exclusivo trata de uma decisão que pode ativar apenas um caminho após a análise.
- b) Um gateway complexo modela um comportamento complexo de ramificação ou convergência específico.
- c) Um gateway baseado em evento indica que a continuação do processo depende de algum evento específico.
- d) Um gateway paralelo é um ponto de ramificação que, após avaliar as condições, um ou mais caminhos podem ser ativados em combinações diferentes.
- e) Um gateway paralelo e baseado em eventos permite que vários processos aconteçam em paralelo, dependendo do acontecimento de algum evento.

Acerca de **COBIT 2019**, julgue os itens subsequentes.

140. O COBIT 2019 estabelece princípios para o Sistema de Governança. Qual princípio defende que o sistema deve ser construído a partir de vários componentes inter-relacionados, como processos, estruturas organizacionais e cultura, para garantir uma operação integrada?

- a) Prover Valor às Partes Interessadas.
- b) Sistema de Governança Dinâmico.
- c) Sistema de Governança de Ponta-a-Ponta.
- d) Abordagem Holística.

e) Necessidades Organizacionais Sob Medida.

141. Segundo o COBIT 2019, quais são os três benefícios principais da Governança de TI?

- a) Retorno Financeiro, Controles Internos e Retenção de Talentos
- b) Eficiência de Processos, Visibilidade de Erros e Melhoria de Reputação
- c) Criação de Valor, Otimização de Riscos e Otimização de Recursos
- d) Resposta a ameaças, Aprendizado e Crescimento e Inovação
- e) Oportunidade para investimentos, Vantagem competitiva e Boa relação com stakeholders

Acerca de **ITIL 4**, julgue os itens subsequentes.

142. Acerca da prática de Gerenciamento de Incidentes da ITIL 4, assinale a alternativa correta.

- a) Caso a redução de qualidade em um serviço esteja dentro dos níveis de serviço acordados, não há a necessidade de ativação dos procedimentos de gerenciamento de incidentes.
- b) Deve haver um processo formal para registrar e gerenciar incidentes. Este processo deve incluir procedimentos detalhados para diagnosticar, investigar e resolver incidentes.
- c) A falha de um item de configuração que ainda não afetou o serviço também é um incidente. Isto ocorre, por exemplo, quando há uma falha em um disco de um conjunto espelhado.
- d) O gerenciamento de incidentes geralmente inclui uma descrição e elaboração de planos de recuperação de desastres, ativado em casos extremos.
- e) Visando a manter o mesmo padrão, o que facilita o gerenciamento, geralmente é utilizado o mesmo processo para lidar com incidentes graves e incidentes de segurança da informação.

BANCO DE DADOS*Emannuelle Gouveia*

143. Em uma arquitetura de processamento de dados em tempo real, uma aplicação utiliza o Apache Kafka para receber eventos de diferentes fontes e o Spark Streaming para realizar análises contínuas sobre os dados recebidos. Durante a implantação, a equipe avaliou estratégias para manter o desempenho mesmo com o aumento do volume de eventos processados.

Nesse cenário, a escalabilidade da solução é favorecida porque:

- a) o aumento do número de consumidores elimina a necessidade de particionamento dos tópicos no Kafka.
- b) a redução do throughput permite que os eventos sejam processados com menor utilização dos recursos computacionais.
- c) o particionamento dos tópicos permite distribuir o processamento entre diferentes consumidores, aumentando a capacidade de tratamento dos eventos.
- d) a arquitetura orientada a eventos exige que todos os dados sejam processados em lotes antes de serem disponibilizados.
- e) a diminuição da latência depende exclusivamente do armazenamento permanente dos eventos antes do processamento.

144. Em uma plataforma de integração de dados, informações são recebidas de sistemas externos por meio de APIs e mecanismos de mensageria. Para garantir que a ingestão ocorra de forma segura e confiável, a arquitetura foi projetada considerando proteção da comunicação, validação dos dados e tratamento de eventos fora de ordem. Uma prática adequada para a integração e ingestão de dados é:

- a) utilizar TLS na comunicação, autenticação dos clientes e mecanismos de buffer para reduzir impactos causados por picos de eventos ou falhas temporárias.

b) substituir formatos estruturados como JSON e XML por arquivos CSV para eliminar a necessidade de validação dos dados recebidos.

c) armazenar todas as mensagens recebidas sem qualquer ordenação ou verificação de integridade, pois os sistemas de origem garantem a consistência dos eventos.

d) utilizar apenas Web Services SOAP, pois APIs REST não permitem autenticação nem transmissão segura de dados.

e) aplicar mascaramento aos dados durante a transmissão sem necessidade de mecanismos de autenticação ou proteção do canal de comunicação.

145. Em um sistema de banco de dados relacional, uma aplicação realiza operações de atualização em tabelas relacionadas por chaves primárias e estrangeiras. Para evitar inconsistências durante alterações que envolvem múltiplos registros, o SGBD utiliza mecanismos de controle de transações. Uma característica importante das transações em bancos relacionais é:

- a) permitir que alterações realizadas por uma operação sejam mantidas parcialmente, mesmo quando ocorre falha antes da confirmação.
- b) garantir que um conjunto de operações seja tratado como uma unidade lógica, permitindo confirmação ou reversão das alterações conforme o resultado da execução.
- c) eliminar a necessidade de definição de chaves estrangeiras, pois as transações substituem as regras de integridade referencial.
- d) impedir consultas simultâneas aos dados durante qualquer operação de atualização executada no banco.
- e) substituir os mecanismos de controle de concorrência por cópias independentes das tabelas modificadas.

146. Em uma administração de SGBD, o responsável pelo ambiente precisa garantir disponibilidade, desempenho e recuperação adequada das informações armazenadas. Para isso, são utilizados recursos de monitoramento, configuração e manutenção oferecidos por sistemas como Oracle, SQL Server e PostgreSQL. Uma prática adequada na administração de SGBDs é:

- a) realizar monitoramento de desempenho, gerenciamento de recursos e execução de rotinas de backup para manter a disponibilidade e a confiabilidade do banco de dados.
- b) remover índices existentes sempre que houver aumento no volume de dados, pois eles reduzem obrigatoriamente o desempenho das consultas.
- c) permitir alterações diretas em arquivos físicos do banco de dados para corrigir problemas sem utilizar ferramentas administrativas do SGBD.
- d) desativar mecanismos de controle de acesso para facilitar a manutenção e reduzir a sobrecarga do servidor.
- e) utilizar apenas consultas SQL para administrar o ambiente, pois configurações de memória, segurança e armazenamento são independentes do SGBD.

147. Em um banco de dados relacional, um analista precisa elaborar uma consulta SQL para identificar a quantidade de registros existentes em uma tabela de vendas, agrupando os resultados por categoria de produto. A consulta deve considerar apenas categorias que possuem mais de 100 registros cadastrados. Nesse caso, a cláusula SQL adequada para aplicar a condição sobre os grupos formados é:

- a) WHERE, pois permite filtrar os resultados após a execução das funções de agregação.
- b) ORDER BY, pois possibilita selecionar somente os grupos que atendem a uma determinada quantidade de registros.
- c) DISTINCT, pois elimina categorias repetidas antes da aplicação das funções de agrupamento.

d) GROUP BY, pois substitui a necessidade de utilização de funções de agregação em consultas agrupadas.

e) HAVING, pois permite aplicar filtros sobre os resultados gerados por funções de agregação em grupos.

148. Em uma aplicação que precisa armazenar grandes volumes de dados com estrutura variável, como documentos contendo atributos diferentes conforme o registro, a equipe optou por utilizar um banco de dados NoSQL orientado a documentos. Uma característica desse modelo de banco de dados é:

- a) exigir que todas as informações sejam armazenadas em tabelas com esquema fixo previamente definido.
- b) utilizar exclusivamente linguagem SQL para manipulação dos documentos armazenados.
- c) impedir a distribuição dos dados em múltiplos servidores, pois depende de uma única estrutura centralizada.
- d) permitir o armazenamento de documentos com estruturas flexíveis, facilitando a evolução do modelo de dados conforme a aplicação.
- e) garantir obrigatoriamente consistência imediata em todas as operações, independentemente da arquitetura adotada.

149. Em sistemas de bancos de dados distribuídos, a escolha da arquitetura deve considerar os impactos entre consistência, disponibilidade e tolerância a partições de rede. O teorema CAP auxilia na análise dessas propriedades em ambientes distribuídos estabelecendo:

- a) um sistema distribuído sempre consegue garantir simultaneamente consistência, disponibilidade e tolerância a partições, desde que utilize replicação de dados.
- b) a disponibilidade de um sistema distribuído depende exclusivamente da capacidade de processamento dos servidores envolvidos.
- c) na ocorrência de uma partição de rede, o sistema precisa realizar uma escolha entre manter consistência dos dados ou priorizar disponibilidade do serviço.
- d) a tolerância a partições pode ser eliminada em ambientes distribuídos por meio do aumento da quantidade de nós de armazenamento.
- e) a consistência no CAP significa apenas que todos os usuários possuem permissões iguais para acessar os dados armazenados.

150. Em relação ao Data Lakehouse podemos citar como característica:

- a) armazenar apenas dados estruturados e previamente modelados, seguindo exclusivamente o modelo tradicional de Data Warehouse.
- b) substituir completamente mecanismos de governança de dados, pois seu foco é apenas disponibilizar grandes volumes de armazenamento.
- c) organizar os dados exclusivamente por áreas de negócio independentes, sem necessidade de uma plataforma central de dados.
- d) utilizar somente dados brutos sem aplicação de controles de qualidade, metadados ou mecanismos analíticos.
- e) combinar características de Data Lake e Data Warehouse, permitindo armazenar diferentes tipos

de dados com recursos de gerenciamento e análise estruturada.

151. Em uma organização que busca melhorar a confiabilidade das informações utilizadas em análises estratégicas, a área de governança de dados implantou mecanismos para registrar a origem, as transformações e os responsáveis pelos dados ao longo do seu ciclo de vida. Qual recurso permite acompanhar o histórico de origem e transformação dos dados:

- a) a deduplicação, pois elimina registros repetidos e garante que todos os dados possuam a mesma fonte de origem.
- b) a linhagem de dados, pois permite rastrear a origem, movimentação e alterações realizadas sobre os dados.
- c) o glossário de dados, pois substitui os controles técnicos de rastreamento das informações armazenadas.
- d) a política de acesso, pois registra todas as modificações realizadas nos dados pelos usuários autorizados.
- e) a validação de dados, pois mantém o histórico completo das etapas de processamento executadas.

CIÊNCIAS DE DADOS*Lucas Ianni*

152. Uma equipe de ciência de dados de um órgão de controle desenvolveu um modelo de classificação para detectar indícios de irregularidades em licitações públicas. Antes de dividir a base em conjuntos de treinamento e teste, a equipe executou todo o pré-processamento sobre a base completa, incluindo uma etapa de balanceamento que gerou cópias de registros da classe minoritária. Concluído o treinamento, o modelo atingiu 98% de acurácia no conjunto de treinamento e 97% no conjunto de teste. Ao ser implantado em produção para avaliar novas licitações, o desempenho do modelo caiu drasticamente, gerando sucessivas reclamações dos auditores usuários do sistema.

Considerando o cenário descrito, a causa mais provável da discrepância observada entre a avaliação experimental e o ambiente de produção é

- a) o vazamento de dados, uma vez que a replicação de registros realizada antes da divisão da base fez com que exemplos praticamente idênticos estivessem presentes, simultaneamente, no treinamento e no teste.
- b) o overfitting, já que o modelo memorizou os ruídos presentes no conjunto de treinamento, o que explica o seu bom desempenho em treino e a queda de desempenho verificada em produção.
- c) o underfitting, pois o modelo apresentou viés elevado, revelando-se incapaz de capturar os padrões dos dados desde a fase de treinamento, o que comprometeu sua aplicação prática.
- d) a alta variância do modelo, decorrente do pré-processamento sobre a base completa, o que degradou de forma perceptível as métricas medidas no conjunto de teste.
- e) presença de trade-off entre viés e variância, que impede que os erros de treinamento e de teste sejam simultaneamente baixos, de modo que a queda de desempenho em produção era uma consequência esperada.

153. Uma agência reguladora de transportes pretende automatizar a inspeção de rodovias por meio da análise de fotografias captadas por drones, classificando trechos que apresentem trincas, buracos ou desgaste superficial. Em reunião técnica, a equipe de dados avaliou três caminhos possíveis: treinar uma Regressão Logística sobre atributos extraídos manualmente por engenheiros de pavimentação, aplicar a Análise de Componentes Principais (PCA) diretamente sobre os pixels para obter automaticamente as características mais úteis, ou adotar uma rede neural profunda que processe as imagens brutas. Cada integrante apresentou justificativas distintas para defender sua abordagem preferida.

Considerando as abordagens em discussão, é tecnicamente correto afirmar que

- a) o PCA, por ser um método de aprendizado de representações, consegue capturar padrões não lineares complexos presentes nas imagens, como formas circulares, superando a limitação dos atributos definidos manualmente.
- b) a rede neural profunda tende a aprender uma hierarquia de representações, na qual as camadas iniciais detectam padrões simples e as camadas mais profundas combinam esses padrões em conceitos mais abstratos.
- c) a Regressão Logística, por ser um modelo estatístico consolidado, avalia de forma autônoma se cada atributo é relevante para representar a realidade do problema, dispensando a curadoria humana das features de treinamento.
- d) o Deep Learning constitui um paradigma independente do Machine Learning, recomendado justamente para cenários em que os algoritmos de aprendizado de máquina não conseguem aprender a partir dos dados disponíveis.
- e) na rede profunda, as primeiras camadas se especializam em conceitos abstratos de alto nível, como o objeto "buraco", que são progressivamente decompostos pelas camadas finais em padrões elementares de bordas e texturas.

154. O núcleo de inteligência artificial de um tribunal de contas está estruturando uma plataforma de processamento de linguagem natural com três frentes de atuação: classificação automática de petições por assunto e por sentimento, geração de minutas de relatórios a partir de comandos textuais e tradução de documentos técnicos recebidos de organismos internacionais. Para orientar a escolha dos modelos de cada frente, a equipe consolidou um documento interno com premissas técnicas sobre as arquiteturas Transformer e seus regimes de treinamento.

Sobre essas arquiteturas e seu treinamento, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Modelos da família BERT utilizam arquitetura encoder e analisam o contexto de forma bidirecional, considerando o texto à esquerda e à direita de cada token para produzir vetores ricamente contextualizados.
- b) Para tarefas como análise de sentimentos, é possível acoplar uma camada extra de neurônios à saída de um encoder já treinado, descobrindo os pesos dessa nova camada por meio de fine-tuning, realizado sob aprendizado supervisionado.
- c) Os decoders possuem natureza autoregressiva, pois geram um token por vez e se realimentam das próprias saídas anteriores, com fluxo de informação da esquerda para a direita, o que os caracteriza como modelos generativos.
- d) A arquitetura encoder-decoder, empregada em modelos como o T5, destina-se a produzir uma continuação direta do prompt de entrada, razão pela qual constitui o paradigma dominante nos LLMs comerciais atuais, como ChatGPT, Claude e Gemini.
- e) O que diferencia um LLM de um modelo de linguagem comum é, principalmente, sua escala, envolvendo de centenas de milhões a trilhões de parâmetros treinados em corpora massivos, sendo que mais parâmetros e mais dados ampliam a capacidade de capturar os padrões da linguagem.

155. Uma instituição financeira pública mantém em produção, há dois anos, um modelo de classificação de risco de crédito. Após um longo período de estabilidade, a equipe de MLOps observou queda progressiva na qualidade preditiva: clientes com perfis idênticos aos que historicamente honravam seus contratos passaram a inadimplir com frequência crescente, movimento que coincidiu com uma mudança abrupta no cenário macroeconômico do país. As rotinas de monitoramento, contudo, indicam que as distribuições estatísticas das features de entrada permanecem compatíveis com as dos dados de treinamento e que o processo de geração de features é idêntico nos ambientes de treino e de produção.

Qual fenômeno melhor explica a degradação observada no modelo?

- a) Training-serving skew, caracterizado pelo descompasso entre o tratamento dos dados no treino e em produção, cujo efeito se acumula gradualmente ao longo do tempo até comprometer as predições.
- b) Data drift, pois a alteração no cenário macroeconômico modificou a distribuição dos dados de entrada em relação àquela sob a qual o modelo foi originalmente treinado.
- c) Ciclo de feedback (feedback loop), em que as atualizações do modelo influenciaram a seleção dos dados futuros, retroalimentando novas atualizações no mesmo sentido e instabilizando o sistema.
- d) Violação das invariantes dos dados, uma vez que os dados de entrada deixaram de corresponder ao esquema previamente definido quanto a tipos, domínios e distribuição de valores.
- e) Concept drift, pois a relação entre entrada e saída se alterou, de modo que os mesmos perfis de dados de entrada passaram a corresponder a resultados diferentes dos aprendidos no treinamento.

FINANÇAS PÚBLICAS*Amanda Aires*

156. Adolph Wagner, ao analisar o comportamento do gasto público ao longo do processo de desenvolvimento econômico das nações, formulou uma proposição amplamente discutida na literatura de Finanças Públicas sobre a tendência de crescimento da participação do Estado na economia. A respeito dessa formulação e da evolução histórica das funções do governo, é correto afirmar que:

- a) A Lei de Wagner sustenta que a participação do gasto público na renda nacional tende a diminuir à medida que o país se industrializa, em razão da maior eficiência do setor privado na provisão de bens e serviços.
- b) Segundo essa formulação, o crescimento do gasto público decorre exclusivamente do aumento de gastos militares e de defesa nacional, não guardando relação com a urbanização ou com a demanda por bens públicos.
- c) A Lei de Wagner postula que, à medida que a renda per capita de um país se eleva, a participação relativa do gasto público na economia tende a crescer, em razão da maior demanda por bens públicos, infraestrutura e regulação estatal.
- d) A evolução histórica das funções do governo demonstra uma trajetória linear e uniforme entre os países, sem variações relacionadas ao grau de desenvolvimento econômico ou às instituições locais.
- e) O Estado liberal clássico, vigente até o início do século XX, caracterizava-se por ampla atuação nas funções distributiva e estabilizadora, tendo sido o Estado de bem-estar social responsável por restringir essas funções à alocativa.

157. A teoria das Finanças Públicas classifica os bens econômicos a partir de duas dimensões — a exclusão e a rivalidade no consumo — o que permite distinguir bens públicos puros, bens privados e categorias intermediárias, como os bens comuns e os bens de clube. Sobre essa classificação, é correto afirmar que:

- a) Um bem de clube caracteriza-se pela exclusão no consumo, sendo possível impedir o acesso de não pagantes, mas pela não rivalidade, ao menos até certo ponto de congestionamento, como ocorre em serviços de streaming ou em instalações recreativas com capacidade ociosa.
- b) Os bens comuns, como um estoque pesqueiro em águas internacionais, caracterizam-se pela exclusão no consumo e pela não rivalidade, o que os torna equivalentes, do ponto de vista da provisão eficiente, aos bens públicos puros.
- c) Um bem privado puro caracteriza-se pela não exclusão e pela não rivalidade no consumo, sendo eficientemente provido pelo Estado, dada a impossibilidade de o mercado cobrar preços por seu uso.
- d) A rivalidade no consumo é característica que somente se manifesta em bens públicos puros, não estando presente em nenhuma categoria de bens privados ou de bens comuns.
- e) A classificação dos bens em públicos, privados, comuns e de clube é irrelevante para a definição do papel do Estado na economia, uma vez que cabe exclusivamente ao mercado decidir a forma de provisão de qualquer bem.

158. A atuação da política fiscal sobre o nível de atividade econômica pode ocorrer por meio de mecanismos que operam automaticamente ao longo do ciclo econômico, bem como por meio de decisões deliberadas de política econômica. Sobre essa distinção, é correto afirmar que:

- a) Os estabilizadores automáticos, como o sistema de seguro-desemprego e a estrutura progressiva do imposto de renda, dependem de aprovação legislativa específica a cada mudança no ciclo econômico para produzirem efeito anticíclico.
- b) A política fiscal discricionária caracteriza-se por medidas de efeito automático e instantâneo, ao passo que os estabilizadores automáticos exigem processo legislativo prévio para cada intervenção.
- c) Em uma recessão, o sistema tributário progressivo tende a ampliar a queda da renda disponível das famílias, atuando de forma pró-cíclica e agravando a retração da demanda agregada.
- d) Os estabilizadores automáticos eliminam integralmente a necessidade de política fiscal discricionária, tornando desnecessária qualquer intervenção deliberada do governo em situações de choques econômicos severos.
- e) Os estabilizadores automáticos atuam sem necessidade de nova deliberação legislativa, amortecendo as flutuações do produto ao longo do ciclo econômico, ao passo que a política fiscal discricionária depende de decisões específicas de política econômica, como a aprovação de pacotes de estímulo.

159. A classificação dos tributos segundo a base econômica sobre a qual incidem e segundo a possibilidade de repasse do encargo tributário a terceiros é central para a análise dos efeitos distributivos da tributação. A esse respeito, é correto afirmar que:

- a) Os tributos indiretos, como aqueles que incidem sobre o consumo de bens e serviços, caracterizam-se pela impossibilidade de repasse do ônus tributário ao consumidor final, motivo pelo qual são considerados mais progressivos que os tributos diretos.
- b) Os tributos diretos incidem sobre a renda ou o patrimônio do próprio contribuinte, que arca diretamente com o ônus tributário, sem possibilidade relevante de repasse a terceiros, como ocorre no Imposto de Renda e no IPTU.
- c) A tributação sobre o consumo tende a ser mais progressiva do que a tributação sobre a renda, uma vez que consumidores de maior renda destinam parcela proporcionalmente maior de seus rendimentos ao consumo tributado.
- d) Os impostos sobre o patrimônio, como o IPVA e o ITR, são classificados tecnicamente como tributos indiretos, uma vez que incidem sobre um bem, e não sobre a renda do contribuinte.
- e) A classificação em tributos diretos e indiretos é irrelevante para a análise de equidade tributária, uma vez que ambos produzem, sempre, os mesmos efeitos distributivos sobre os diferentes estratos de renda.

160. A análise da sustentabilidade da dívida pública de um país frequentemente utiliza indicadores como a relação dívida/PIB e considera a trajetória do resultado primário necessário para estabilizar o endividamento no tempo. Sobre esses conceitos, é correto afirmar que:

- a) A relação dívida/PIB é considerada sustentável sempre que o valor nominal da dívida pública permanecer constante ao longo do tempo, independentemente do comportamento do Produto Interno Bruto.
 - b) Quanto maior a taxa de crescimento real do PIB em relação à taxa de juros real da dívida, maior tende a ser a necessidade de superávit primário para estabilizar a relação dívida/PIB.
 - c) O conceito de dívida líquida do setor público desconsidera os ativos financeiros do governo, computando exclusivamente o estoque de dívida bruta emitida no mercado.
 - d) A trajetória da relação dívida/PIB depende, entre outros fatores, do diferencial entre a taxa de juros real da dívida e a taxa de crescimento real do produto, bem como do resultado primário obtido pelo governo no período.
 - e) Um país com déficit nominal elevado necessariamente apresentará trajetória explosiva e insustentável da relação dívida/PIB, independentemente da taxa de crescimento da economia.
-

Questão Dissertativa

Padrões de Projeto surgiram na Engenharia Civil e Arquitetura a partir das ideias originais de Christopher Alexander, arquiteto que queria melhorar o processo de projeto de edifícios e áreas urbanas.

Na Engenharia de Software, quatro autores (Gang of Four) se basearam em Christopher Alexander para criar Padrões de Projeto de software. Em 1994 descreveram 23 padrões em seu livro que já foi traduzido para diversos idiomas e publicado no mundo inteiro.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca de Padrões de Projeto (Gang of Four) atendendo, abordando ou explicando, necessariamente, os seguintes pontos:

- Explique o que é e o que NÃO é um padrão de projeto de software.
- Quais são os três tipos de padrão de projeto de software quanto ao seu propósito? Explique cada um.
- O trecho de código a seguir implementa um padrão de projeto. Que padrão é esse, como ele funciona e para quê ele serve? Dê pelo menos um exemplo de uso real.

```
public final class A {
```

```
    private static final A INSTANCE = new A();
```

```
    private A() {}
```

```
    public static A getInstance() {
```

```
        return INSTANCE;
```

```
    }
```

```
}
```

- Descreva o padrão Proxy e um exemplo de seu uso em cenário real.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 1

Um órgão público fictício, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), está enfrentando desafios significativos na gestão e na entrega de serviços de TI. Recentemente, a SETIC decidiu implementar o ITIL v4 como framework para melhorar seus processos de gerenciamento de serviços de TI, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional, a qualidade dos serviços e a satisfação dos usuários. No entanto, durante a implementação, vários problemas surgiram, relacionados à coordenação entre as diferentes equipes, à comunicação interna e à adaptação das práticas do ITIL v4 aos processos existentes.

Situação Hipotética:

A SETIC está atualmente implementando as práticas de Gerenciamento de Incidentes, Gerenciamento de Problemas e Gerenciamento de Mudanças do ITIL v4. No entanto, os incidentes não estão sendo resolvidos rapidamente, e há uma alta recorrência de problemas. Além disso, as mudanças estão causando interrupções significativas nos serviços, prejudicando a confiança dos usuários. As equipes estão desmotivadas devido à falta de clareza nos processos e à carga de trabalho aumentada.

A respeito da situação hipotética apresentada acima, faça o que se pede a seguir.

1. Propostas de Solução:

- Proponha mecanismos e estratégias baseados no ITIL v4 para resolver os problemas identificados, focando nas práticas de Gerenciamento de Incidentes, Gerenciamento de Problemas e Gerenciamento de Mudanças.
- Indique como essas estratégias podem ser implementadas para melhorar a coordenação entre as equipes, a comunicação interna e a adaptação das práticas do ITIL v4.

2. Melhoria Contínua:

- Sugira um plano de melhoria contínua para a SETIC, utilizando os princípios orientadores do ITIL v4.
- Explique como a implementação de um ciclo de melhoria contínua pode ajudar a SETIC a manter a eficiência e a qualidade dos serviços de TI a longo prazo.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 2

Um departamento de saúde de um município fictício, denominado Departamento de Saúde Municipal de São Rafael (DSMSR), está planejando desenvolver um novo sistema de gerenciamento de atendimento ao cidadão. Este sistema deve facilitar a marcação de consultas, gestão de prontuários eletrônicos, e o controle de estoques de medicamentos nas unidades de saúde do município. O DSMSR identificou que, para o sucesso do projeto, é crucial uma engenharia de requisitos bem estruturada.

O DSMSR nomeou um analista de sistemas para liderar a fase de engenharia de requisitos. O analista é responsável por assegurar que todos os requisitos do novo sistema sejam coletados, analisados, especificados e validados de forma eficaz. O objetivo é garantir que o sistema final atenda às necessidades dos usuários e seja implementado dentro do prazo e orçamento estabelecidos.

Situação Hipotética:

1. **Coleta de Requisitos:** Durante a fase de coleta de requisitos, o analista deve interagir com diversos stakeholders, incluindo médicos, enfermeiros, administradores de unidades de saúde e pacientes. É necessário utilizar técnicas adequadas para obter uma compreensão completa e precisa das necessidades de cada grupo.
2. **Análise e Negociação de Requisitos:** Após a coleta, os requisitos devem ser analisados para identificar possíveis conflitos e priorizar as necessidades mais críticas. A negociação de requisitos entre os diferentes stakeholders é essencial para resolver discrepâncias e garantir um consenso.
3. **Especificação de Requisitos:** Com os requisitos acordados, o analista deve documentá-los de maneira clara e detalhada. A especificação deve ser compreensível para todos os envolvidos, desde desenvolvedores até os usuários finais.
4. **Validação de Requisitos:** Antes de avançar para a fase de desenvolvimento, é necessário validar os requisitos para garantir que eles realmente representam as necessidades dos usuários e que o sistema proposto será viável e eficaz.

A respeito da situação hipotética apresentada acima, faça o que se pede a seguir:

1. Proponha um conjunto de técnicas de eliciação de requisitos que o analista poderia utilizar para coletar informações dos diferentes stakeholders envolvidos no projeto do DSMSR.
2. Descreva um processo para a análise e negociação de requisitos, incluindo como o analista pode resolver conflitos entre stakeholders e priorizar os requisitos mais importantes.
3. Explique como a validação de requisitos pode ser realizada no contexto do DSMSR e proponha métodos para garantir que os requisitos documentados sejam precisos e completos.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>